



Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sintra Oriental

Relatório de Atividades 2014

A CPCJ de Sintra Oriental é de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 12 da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *“uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral”*.

Deste modo, a CPCJ exerce a sua atribuição em conformidade com a Lei e delibera com imparcialidade e independência.

De salientar que, o princípio que orientou a constituição das Comissões é o de co-responsabilizar a comunidade pela resolução dos problemas das suas crianças e intervir de forma atempada nas situações de perigo.

Identificada uma situação de perigo é instaurado um Processo de Promoção e Proteção (adiante designado por PPP), com vista à avaliação da situação e definição da intervenção necessária à remoção da criança/jovem da situação de perigo.

▶▶ Importa referir que o volume processual seria superior nesta Comissão caso fosse instaurado processo de promoção proteção sempre que nela dá entrada expediente relativo a crianças/jovens.

▶▶ É pratica desta Comissão, à semelhança de outras congéneres, efetuar a triagem do expediente e remeter, o que nos é indevidamente enviado, para a área territorialmente competente sem que seja instaurado processo de promoção proteção.

▶▶ Procuramos desta forma tornar a remessa de expediente/sinalizações para as outras CPCJ mais célere atendendo ao imenso volume de expediente que chega diariamente à CPCJ.



▶▶ Esta pratica continua a não se em todas as Comissões, o que torna o volume processual díspar e por vezes distante da realidade.

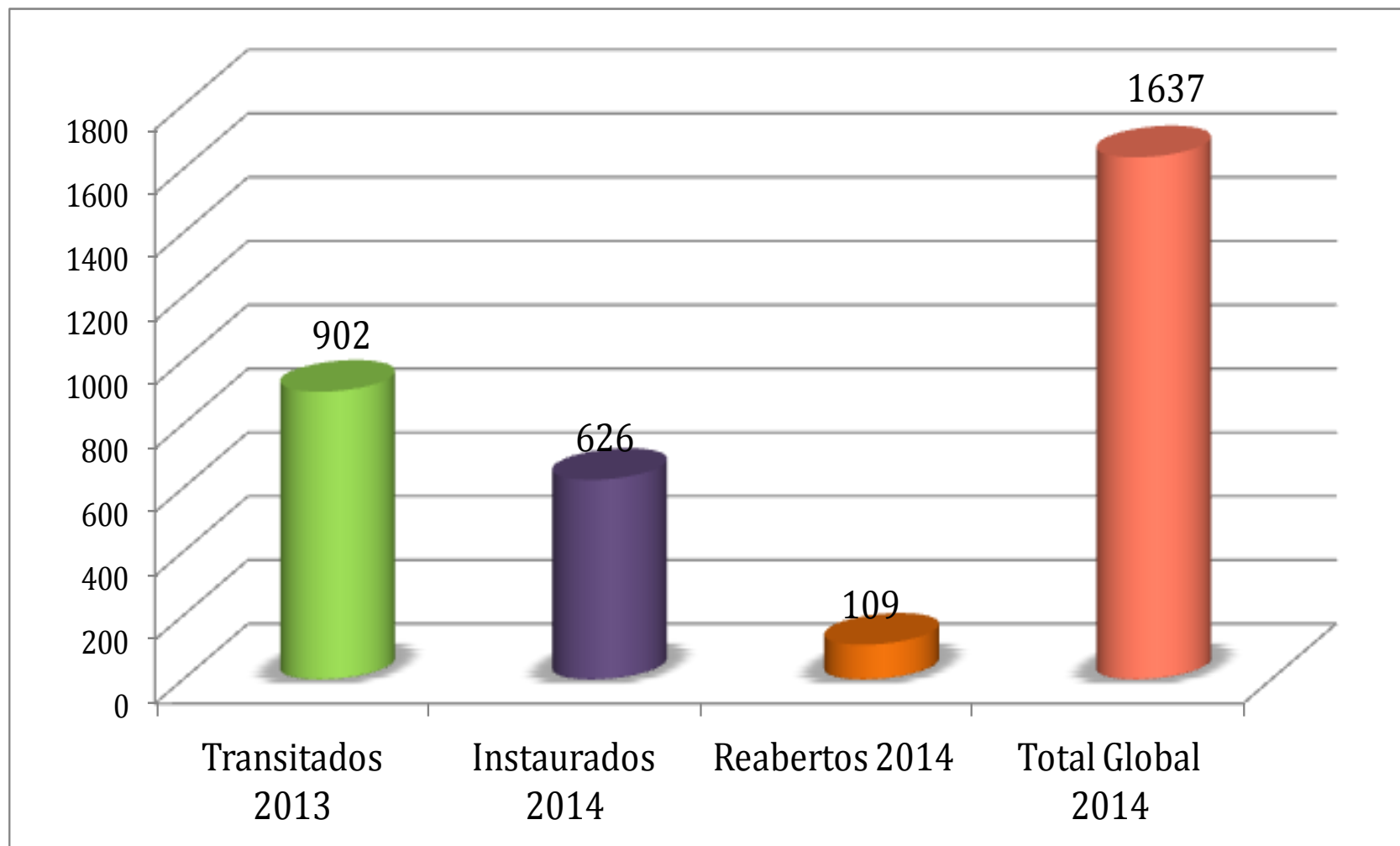


▶▶ Sendo o volume processual que nos permite avaliar e analisar cada território, parece-nos fundamental sermos rigorosos e criteriosos na abertura de cada processo, pois os dados quanto mais realista possíveis, mais informação nos darão de cada território, com vista a uma adequada de definição de projectos de prevenção.

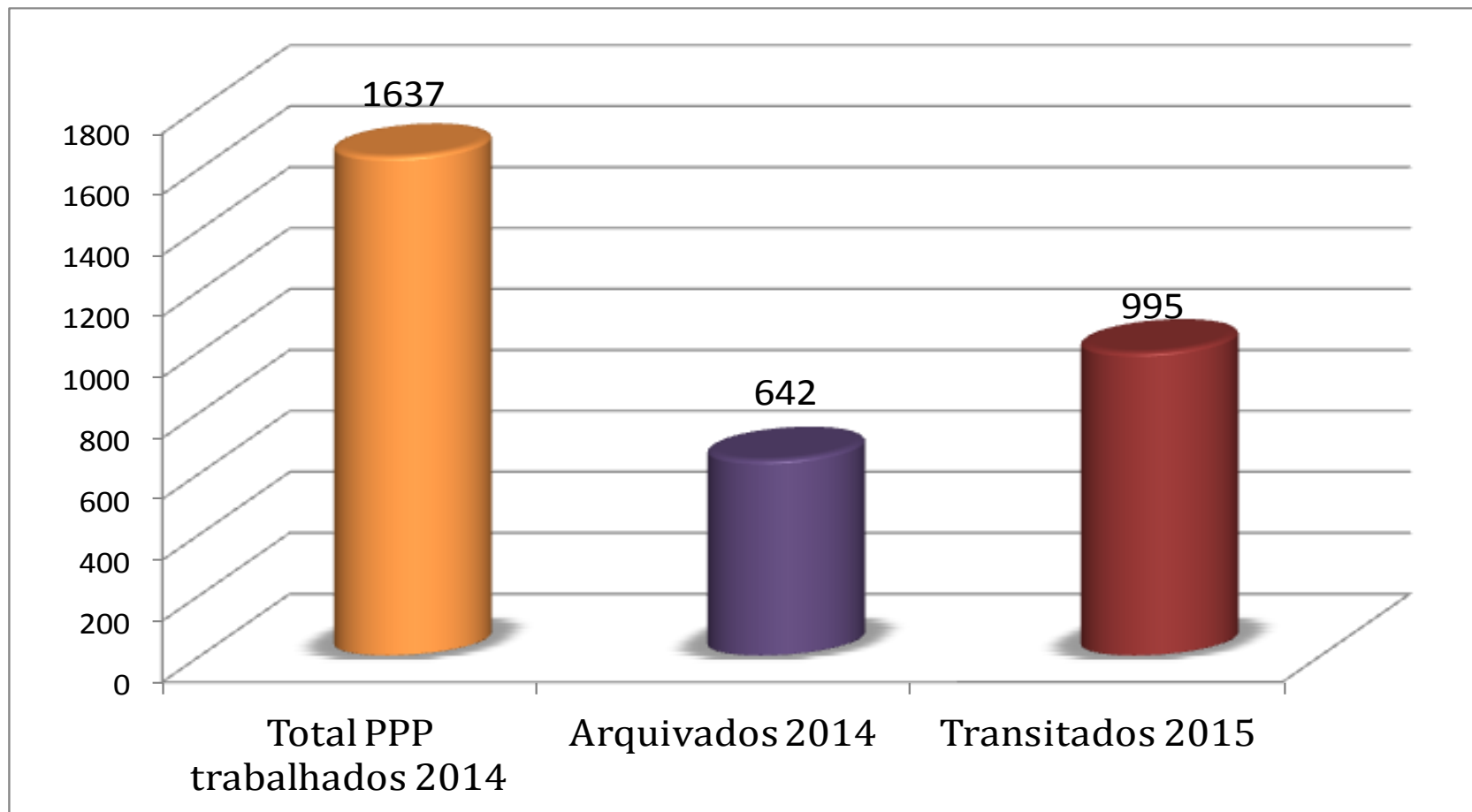
Em 2014 verificou-se:

- **Processos Activos:** ligeiríssimo aumento do volume processual ativo tendo sido acompanhados 1637 processos de crianças e jovens. (+ 10 processos que no ano anterior)
- **Processos instaurados:** tal como no ano de 2013, assistiu-se a um decréscimo, do nº de sinalizações tendo sido instaurados 626 novos PPP (- 19 novos processos),
- **Reaberturas:** a reabertura de processos manteve a tendência comparativamente aos anos anteriores, onde se tem verificado um aumento, tendo sido registadas 109 reaberturas, ou seja mais 24 processos face ao ano anterior.
- **Arquivamento:** No ano de 2014, foram arquivados 642 processos. Registou-se uma diminuição consideravelmente o nº de processos arquivados face ao ano de 2013 (onde foram arquivados 725 PPP).
- **Transitados:** transitaram como ativos 995 PPP para o ano de 2015, tendo existido um acréscimo de 93 processos face ao ano de 2014.

Volume processual de 2014



Movimento processual de 2014

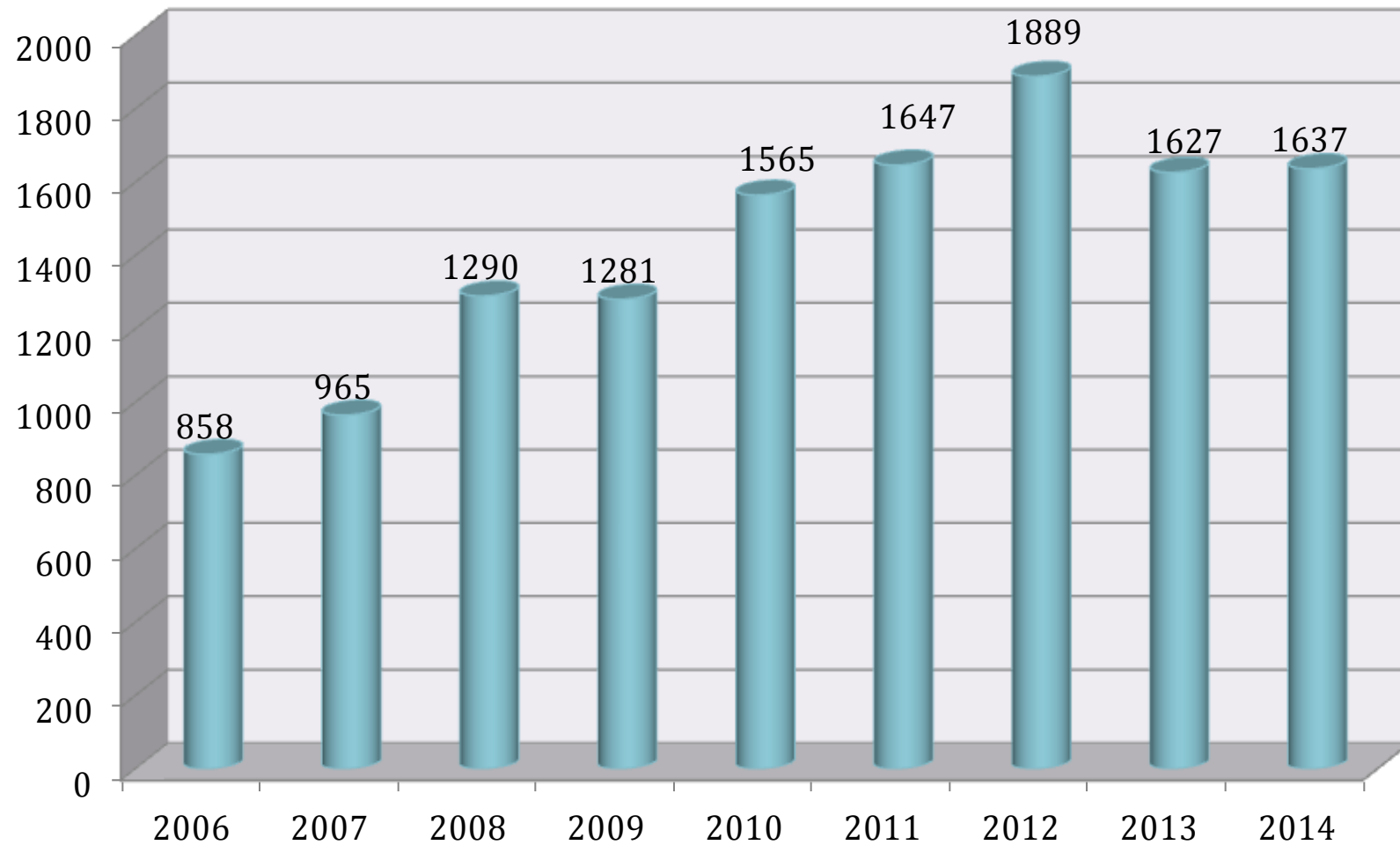


Movimento processual comparativo 2006/2014

Para 2015 transitaram 995 proc . (+ 93 que no ano anterior)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Transitados	547	430	643	642	772	938 (+ 166)	1111 (+173)	898 (-213)	902 (+4)
Instaurados	264	496	624	600	726	650 (- 76)	695 (+45)	663 (-32)	627 (-36)
Reabertos	18	39	23	39	67	59 (- 8)	83 (+24)	67 (-16)	108 (+41)
Total global	829	965	1290	1281	1565	1647 (+82)	1889 (+242)	1627 (- 262)	1637 (+10)
Arquivados	399	366	626	510	620	536 (- 84)	902 (+366)	725 (-177)	642 (-10)
Total global (1637) - total de Arquivados (642) =					Total processos activos que transitam para 2015:				
<u>995</u>					<u>995</u>				

Movimento processual comparativo 2006/2014



Em 2005 esta Comissão teve 576 processos ativos.

Em 2013 estiveram ativos 1627.

Em 2017 estiveram ativos 1637

Apesar do investimento em acções que permitam a prevenção de novas situações, este ano assistiu-se a um ligeiro acréscimo de PPP, salienta-se que no espaço de 8 anos a CPCJ Sintra Oriental triplicou o volume processual

Este aumento não foi acompanhado pelo aumento de técnicos afetos ao acompanhamento das situações sinalizadas.

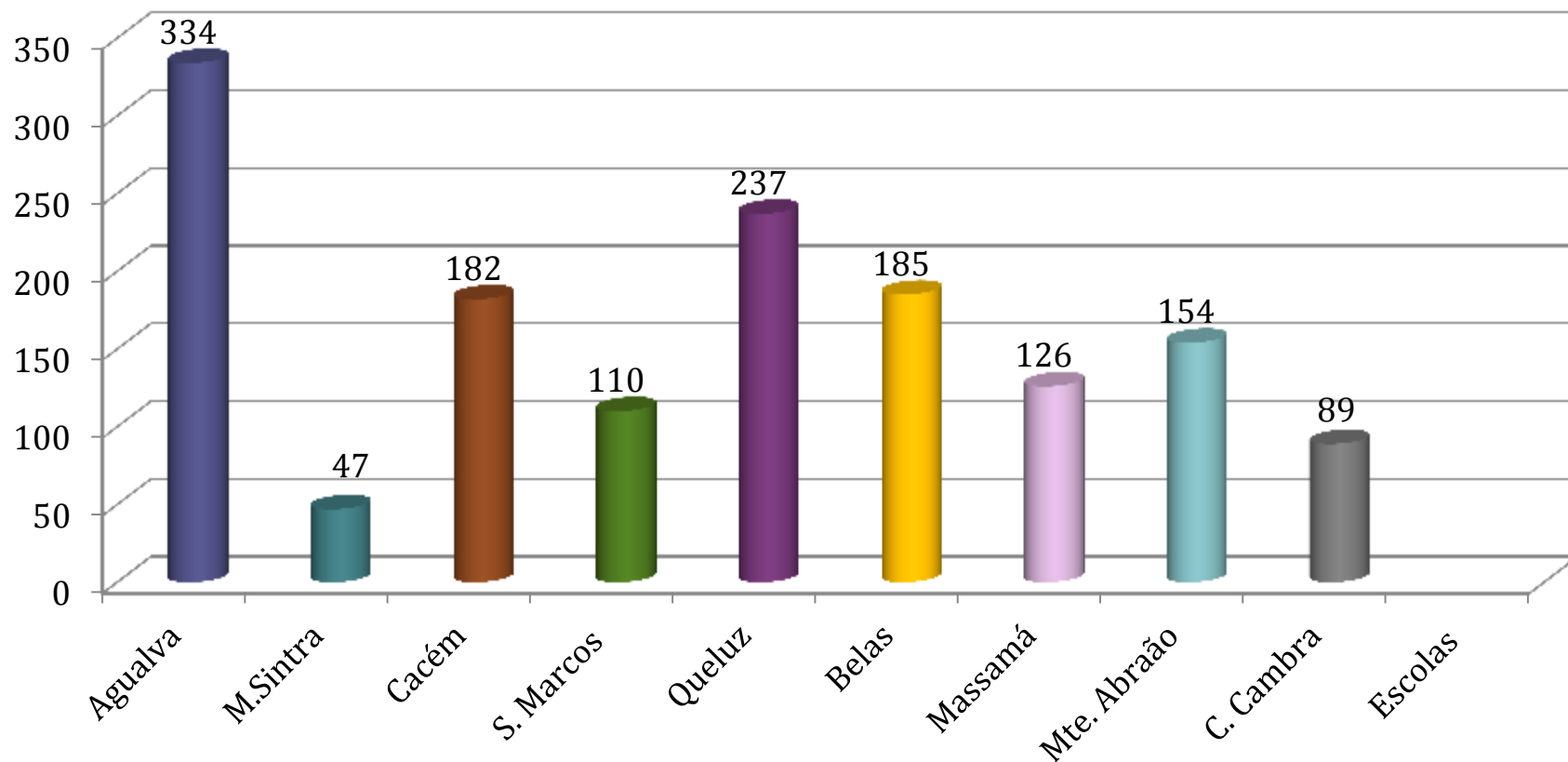


Movimento Processual por Localidade

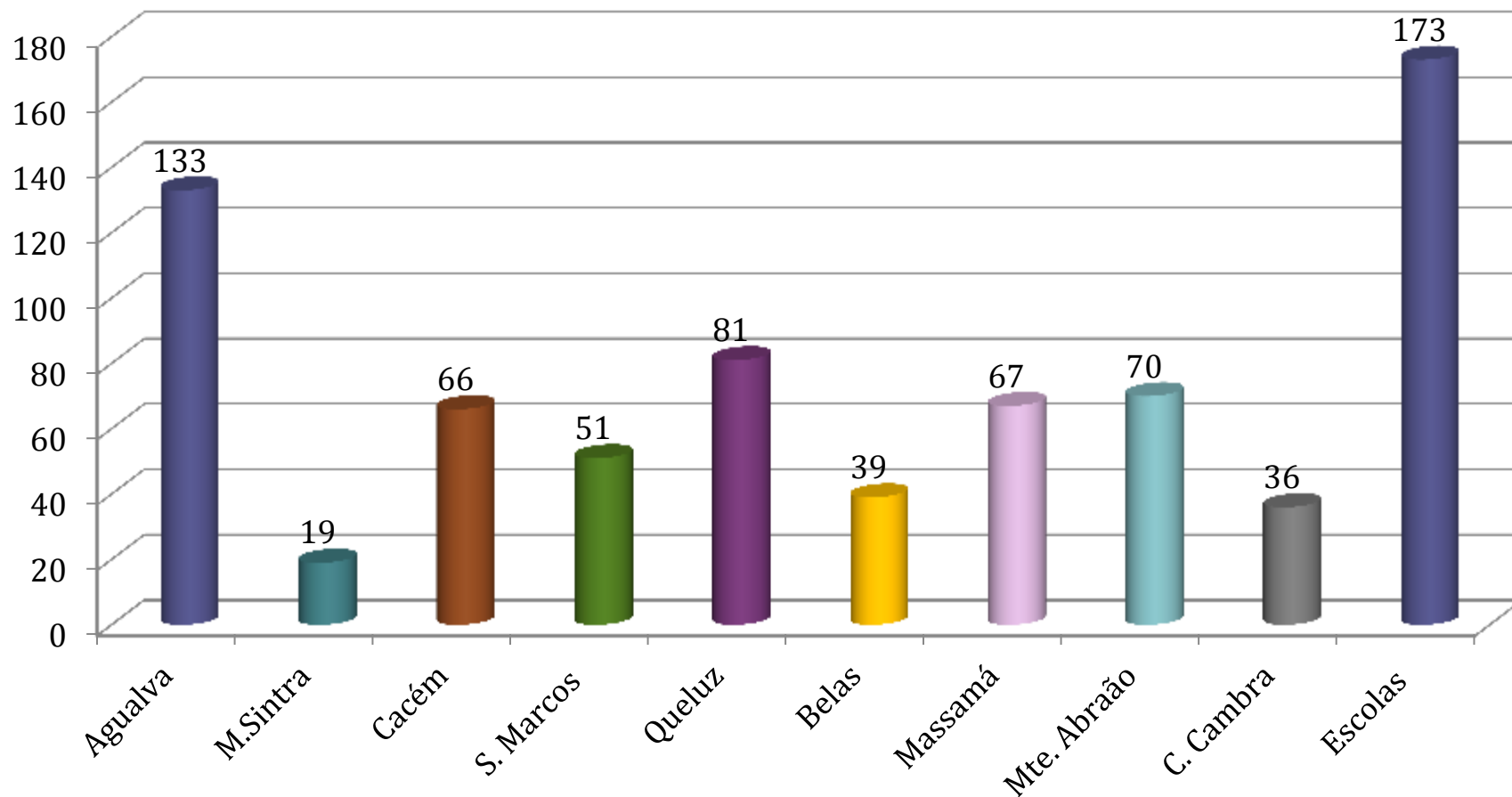
Análise do movimento processual de 2014

Equipa	Transitados 2013	Instaurados 2104			Arquivados	Ativos	Trabalhados GLOBAL	Trabalhados GLOBAL
		Abertos	Reab	Total			(Arquivados+Ativos)	(Transitados+Instaurados)
Agualva	201	121	12	133	122	212	334	334
Cacém	116	58	8	66	79	103	182	182
S. Marcos	59	46	5	51	26	84	110	110
M. Sintra	28	15	4	19	20	27	47	47
Belas	146	30	9	39	72	113	185	185
Massamá	59	63	4	67	48	78	126	126
M. Abraão	84	65	5	70	42	112	154	154
Queluz	156	61	20	81	149	88	237	237
C. Cambra	53	30	6	36	33	56	89	89
Escolas	0	137	36	173	51	122	173	173
TOTAIS	902	626	109	735	642	995	1637	1637

Movimento processual global em 2014 por Localidade /Equipa



Movimento processos instaurados e reabertos em 2014 por Localidade/Equipa





Instaurados	• 121
Reabertos	• 12
Total	• 133

Masculino	• 56
Feminino	• 75
S/inf.	• 2

Escalão etário predominante

- 1º- 11/14 e 15/18 anos
- 2º- 3/ 5 anos
- 3º- 6/8 anos

Agressor predominante

- 1º- Próprio
- 2º-Mãe
- 3º-Pai

Entidade Sinalizante predominante

- 1º - PSP
- 2º- Saúde
- 3º- Outras entidades: serv. Projetos e MP/DIAP

Problemática predominante

- 1º - Exposição a modelos comportamentos desviantes que afectam o bem estar e desenvolvimento (EMCABD) (predominância para a viol. Doméstica)
- 2º- Criança/jovem assume comportamentos que afectam o seu bem estar e desenvolvimento (CJACABD)
- 3º- Negligência



Instaurados	• 15
Reabertos	• 4
Total	• 19

Masculino	• 7
Feminino	• 12
S/inf.	• 0

Escalão etário predominante

- 1º- 11/14 e 15/18 anos
- 2º- 3/5 anos
- 3º- 6/8 anos

Agressor predominante

- 1º- Mãe
- 2º- Pai
- 3º- Próprio

Entidade Sinalizante predominante

- 1º - Saúde
- 2º- Vizinhos e familiares
- 3º- PSP e outras entid.: serv. e projetos

Problemática predominante

- 1º - Negligência
- 2º- Exposição a modelos comportamentos que afectam o bem estar e desenvolvimento (EMCABD) e Criança/jovem assume comportamentos que afectam o seu bem estar e desenvolvimento (CJACABD)
- 3º- Outras situações perigo



Instaurados	• 55
Reabertos	• 8
Total	• 66

Masculino	• 29
Feminino	• 37
S/inf.	• 0

Escalão etário predominante

1º- 11/14 anos
2º- 3/5 e 15/18 anos
3º- 0/2 anos

Agressor predominante

1º- Mãe
2º- Próprio
3º- Pais e Pai

Entidade Sinalizante predominante

1º - PSP
2º- Saúde
3º- Outras entidades: serv. e projetos

Problemática predominante

1º - Exposição a modelos comportamentos que afectam o bem estar e desenvolvimento (EMCABD)
2º- Negligência
3º- Criança/jovem assume comportamentos que afectam o seu bem estar e desenvolvimento (CJACABD)



Instaurados	• 46
Reabertos	• 5
Total	• 51

Masculino	• 26
Feminino	• 25
S/inf.	• 0

Escalão etário predominante

1º - 11/14 anos
2º-15/18 anos
3º- 0/2 , 3/5 e 6/8 anos

Agressor predominante

1º- Mãe
2º- Pais
3º- Pai

Entidade Sinalizante predominante

1º- Outras entidades: serv./ projetos
2º- Saúde, anónimo
3º MP/ DIAP

Problemática predominante

1º - Exposição a modelos que afectam o bem estar e desenvolvimento (EMCABD)
2º- Negligência
3º- Mau Trato Físico



Instaurados	• 30
Reabertos	• 9
Total	• 39

Masculino	• 22
Feminino	• 17
S/inf.	• 0

Escalão etário predominante

1º-11/14 anos
2º-15/18 anos
3º- 0/2 anos

Agressor predominante

1º- Mãe
2º- Próprio
3º- Pai

Entidade Sinalizante predominante

1º - PSP
2º- Outras entidades: serv./ projetos
3º- Saúde

Problemática predominante

1º - Exposição a modelos comportamentos que afectam o bem estar e desenvolvimento (EMCABD)
2º- Criança/jovem assume comportamentos que afectam o seu bem estar e desenvolvimento (CJACABD) e Negligência
3º- Outras Situações Perigo



Instaurados	• 61
Reabertos	• 20
Total	• 81

Masculino	• 48
Feminino	• 33
S/inf.	• 0

Escalão etário predominante

1º - 15/18 anos
2º-11/14 anos
3º- 0/2 anos e 6/8 anos

Agressor predominante

1º- Próprio
2º- Pais
3º-Mãe

Entidade Sinalizante predominante

1º - PSP
2º- Saúde
3º- Outras entidades: serv./ projetos e outras CPCJ

Problemática predominante

1º - Exposição a modelos comportamentos que afectam o bem estar e desenvolvimento (EMCABD)
2º- Criança/jovem assume comportamentos que afectam o seu bem estar e desenvolvimento (CJACABD)
3º-Negligência



Mte. ABRAÃO

Instaurados

• 65

Reabertos

• 5

Total

• 70

Masculino

• 31

Feminino

• 37

S/inf.

• 2

Escalão etário predominante

1º- 11/14 anos
2º-6/8 anos
3º- 3/ 5 anos , 9/10 anos
e 15/18 anos

Agressor predominante

1º- Mãe
2º-Pai
3º-Próprio

Entidade Sinalizante predominante

1º - PSP e Saúde
2º- MP /DIAP e Outras
entidades: serv. / projetos
3º-Anónimo

Problemática predominante

1º - Negligência
2º- Exposição a modelos comportamentos que afectam o bem estar e desenvolvimento (EMCABD) (predominância para a viol. Doméstica)
3º- Criança/jovem assume comportamentos que afectam o seu bem estar e desenvolvimento (CJACABD)



Instaurados	• 63
Reabertos	• 4
Total	• 67

Masculino	• 34
Feminino	• 32
S/inf.	• 1

Escalão etário predominante

1º - 15/18 anos
2º-11/14 anos
3º- 6/8 anos

Agressor predominante

1º- Mãe
2º- Próprio
3º- Pai

Entidade Sinalizante predominante

1º - PSP
2º- Saúde
3º-MP /DIAP

Problemática predominante

1º - Exposição a modelos comportamentos que afectam o bem estar e desenvolvimento (EMCABD)
2º- Criança/jovem assume comportamentos que afectam o seu bem estar e desenvolvimento (CJACABD)
3º-Negligência



Instaurados	• 30
Reabertos	• 6
Total	• 36

Masculino	• 17
Feminino	• 19
S/inf.	• 0

Escalão etário predominante

- 1º- 15/18 anos
- 2º- 6/8 anos
- 3º- 3/5 anos

Agressor predominante

- 1º- Próprio
- 2º- Pai
- 3º-Mãe

Entidade Sinalizante predominante

- 1º - PSP
- 2º- Outras entidades: serv./ projetos
- 3º- Saúde

Problemática predominante

- 1º - Criança/jovem assume comportamentos que afectam o seu bem estar e desenvolvimento (CJACABD)
- 2º- Exposição a modelos comportamentos que afectam o bem estar e desenvolvimento (EMCABD) (predominância para a viol. doméstica)
- 3º-Negligência



Instaurados	• 137
Reabertos	• 36
Total	• 173

Masculino	• 102
Feminino	• 70
S/inf.	• 1

Escalão etário predominante

1º - 15/18 anos
2º-11/14 anos
3º- 6/8 anos

Agressor predominante

1º- Próprio
2º- Mãe
3º- Pais

Entidade Sinalizante predominante

1º - Escolas
2º- Outras ent: serviços/projetos
3º- MP/DIAP

Problemática predominante

Situações em que está em Perigo o Direito à Educação:

1º- Abandono Escolar
2º- Absentismo escolar
3º- Negligência escolar

Quadro Síntese

	Agualva	Mira Sintra	Cacém	S. Marcos
Problemática	1- EMCABD 2- CJACABD 3- Negligência	1- Negligência 2- CJACABD / CAESP e EMCABD (V. doméstica) 3- Outras SP	1- EMCABD 2- Negligência 3 – CJACABD	1- EMCABD 2- Negligência 3- Mau trato físico
Agressor	1- Próprio 2- Mãe 3- Pai	1- Mãe 2- Pai 3- Próprio	1- Mãe 2- Próprio 3- Pai e Pais	1- Mãe 2- Pais 3- Pai
Entidade Sinalizante	1- PSP 2- Saúde 3- Serviços/projectos e MP/DIAP	1- Saúde 2- Vizinhos/familiares 3-PSP e outras ent.:Serviços e projectos	1- PSP 2- Saúde 3- outras ent.:serv. e proj. e Anónimo	1- outras ent.: serv. e projectos 2 –Saúde e anónimo 3- MP / DIAP
Escalão etário	1- 11/14 e 15/18 anos 2- 3/5 3- 6/8 anos	1-11/14 anos 2- 15/18 anos 3- 0/2 anos, 6/8 anos e 9/10 anos	1- 11/14 anos 2- 3/5 anos e 15/18 anos 3- 0/2 anos	1- 11/14 anos 2- 15/18 anos 3 – 0/ 2 , 3/5 e 6/8 anos

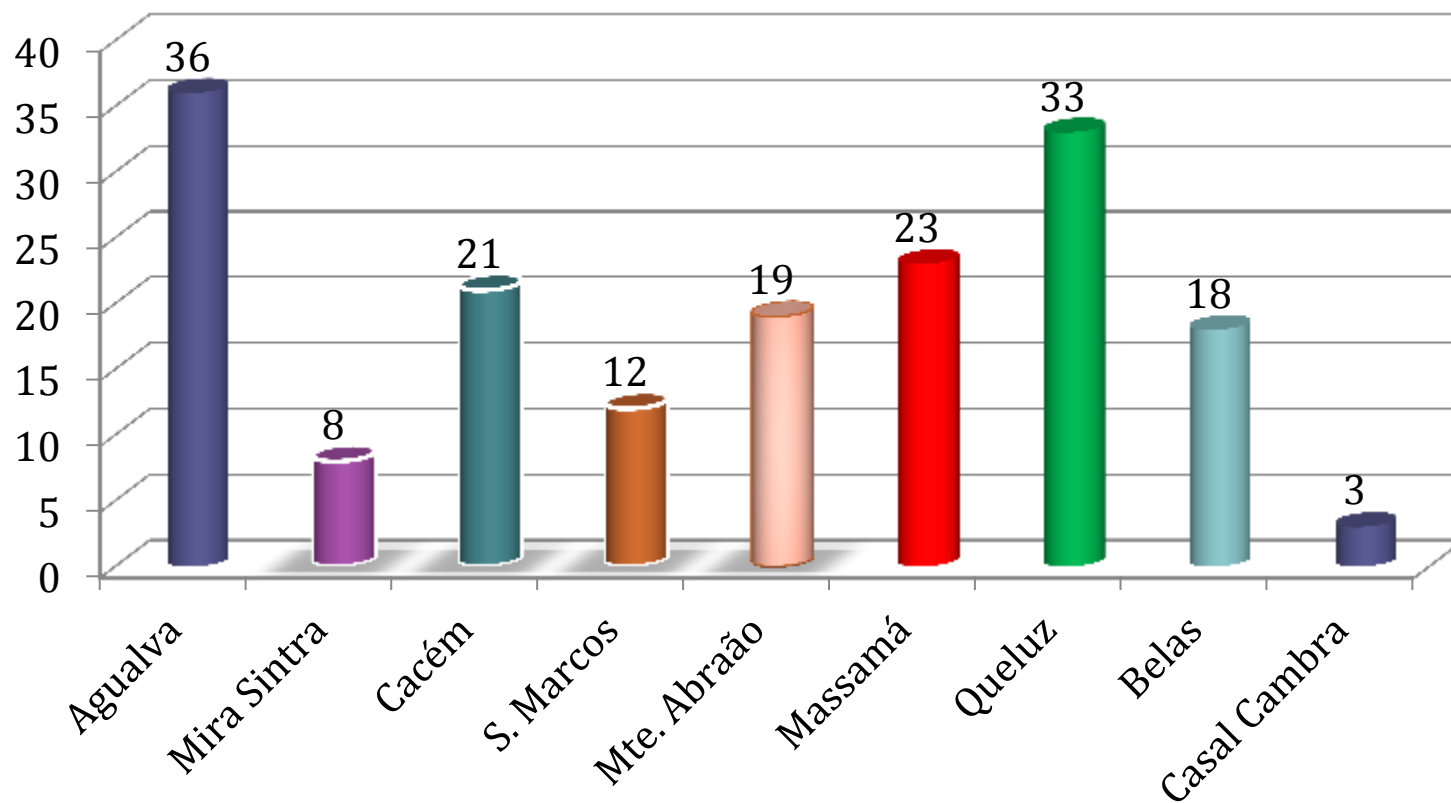
Quadro Síntese

	Monte Abraão	Massamá	Queluz	Belas	Casal Cambra
Problemática	1- Negligência 2- EMCABD 3- CJACABD	1- EMCABD 2- CJACABD 3- Negligência	1- EMCABD 2- CJACABD 3- Negligência	1- EMCABD 2- CJACABD e Negligência 3- Outras SP	1- CJACABD 2- EMCABD 3- Negligência
Agressor	1- Mãe 2- Pai 3- Próprio	1- Mãe 2- Próprio 3- Pai	1- Próprio 2- Pais 3- Mãe	1- Mãe 2- Próprio 3- Pai	1- Próprio 2- Pai 3- Mãe
Entidade Sinalizante	1- PSP e Saúde 2- MP/DIAP e outras ent. : Serv.projectos 3- Anónimo	1- PSP 2- Saúde 3- MP/DIAP	1- PSP 2- Saúde 2- Outras entid: serv./projetos e outra CPCJ	1- PSP 2- Outras entid: serv./projetos 3- Saúde	1- PSP 2- Outras entid: serv./projetos 3- Saúde
Escalão etário	1- 11/14 anos 2- 6/8 anos 3- 3/ 5 anos, 9/10 anos e 15/18 anos	1- 15/18 anos 2-11/14 anos 3- 6/8 anos	1- 15/18 anos 2-11/14 anos 3- 0/2 anos e 6/8 anos	1- 11/14 anos 2- 15/18 anos 3- 0/2 anos	1- 15/18 anos 2- 6/8 anos 3- 3/5 anos

Quadro Síntese

	Equipa Escolas
Problemática: Situações em que esteja em Perigo o Direito à educação	1- Abandono Escolar 2- Absentismo Escolar 3- Negligência escolar
Agressor	1- Próprio 2- Mãe 3- Pais
Entidade Sinalizante	Escolas
Escalão etário	1- 15/18 anos 2- 11/14 anos 2- 6/8 anos e 9/10 anos

Distribuição PPP Escolas por localidades





**Caracterização dos
processos instaurados em 2014**

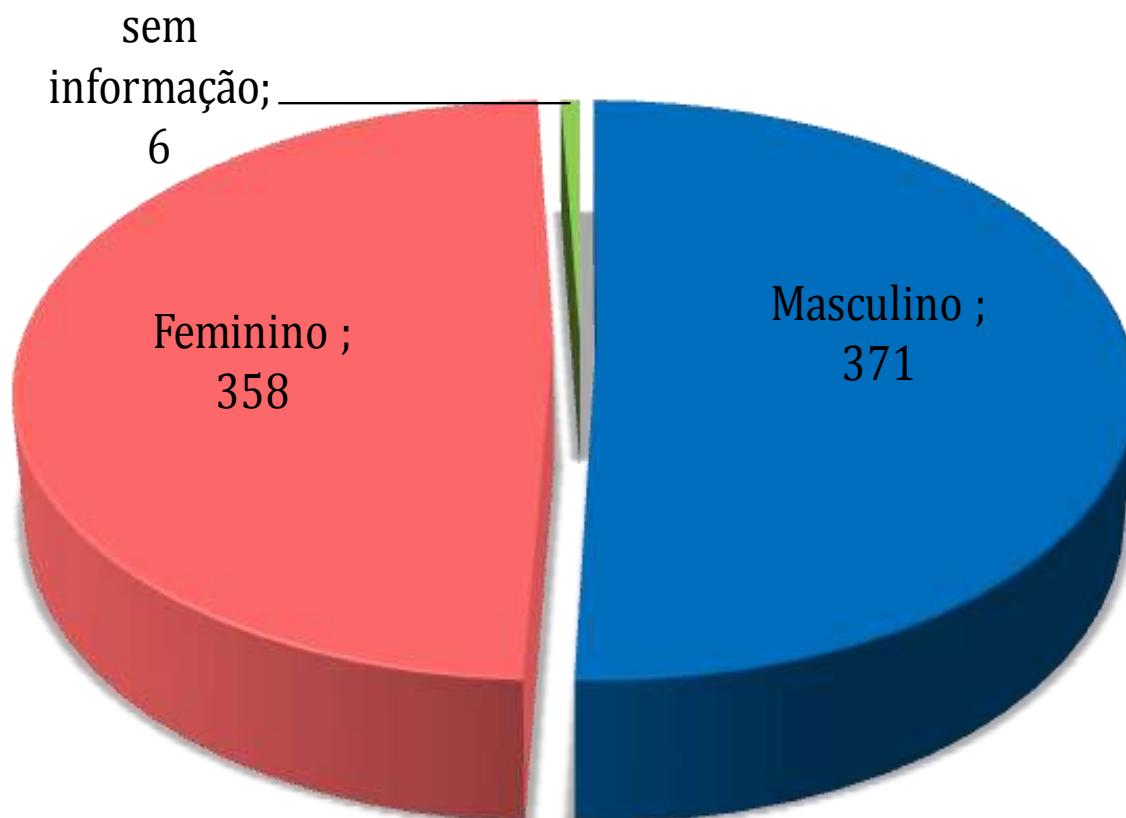
Género

- Relativamente ao género dos processos instaurados e reabertos em 2014 a predominância é para os rapazes com 371 sinalizações, correspondendo a 51% dos PPP.

Em termos comparativos foram instaurados menos 21 PPP, que em 2013.

- Em relação ao sexo feminino o n.º de processos instaurados/reabertos foi de 358, correspondendo a 49% dos PPP. Foram sinalizadas mais 21 raparigas que em 2013.
- Mantém-se a tendência habitual nos anos anteriores, para a existência de mais sinalizações de rapazes do que de raparigas, embora se tivesse registado um acréscimo significativo de sinalizações do sexo feminino.
- Em 6 dos processos não foi possível identificar o sexo da criança/jovem, pois a sinalização era omissa face a esse dado, referindo apenas criança de X idade.

Género dos processos instaurados/reabertos em 2014



Análise por escalão etário

Escalão	N.º PPP
0/2	75
3/5	79
6/8	95
9/10	59
11/14	180
15/18	244
s/inf	3

- Relativamente aos processos instaurados/reabertos em 2013, tiveram maior expressão no escalão etário dos 15/18 anos, com 244, correspondendo a 33% dos PPP. Este numero teve um ligeiro decréscimo face a 2013 (-5 PPP)
- Seguidamente temos o escalão dos 11/14 anos, tendo sido instaurados 180 PPP, correspondendo a 25% dos PPP. Este numero teve um ligeiro decréscimo face a 2013 (-10 PPP)
- O 3ª escalão etário com maior volume processual, é o escalão dos 6/8 anos, com 95 PPP equivalendo a 13% dos PPP. Registou-se um aumento de significativo de PPP (+19 processos), tendo passado de 4º escalão predominante em 2013, para 3º em 2014.

	Escalão
1º	15/18
2º	11/14
3º	6/8
4º	3/5
5º	0/2
6º	9/10

- Em 4º encontramos o escalão dos 3/ 5 anos. Este escalão registou 79 PPP , correspondendo 11%, existindo um ligeiro aumento face ao ano anterior registando (+ 5 PPP) .
- O escalão dos 0/2 anos encontra-se em 5º, com 75 PPP instaurados correspondendo a 10% dos PPP. Registou um ligeiro decréscimo relativo a 2013 (-5 PPP).
- Tal como nos anos anteriores, o escalão etário com menor volume processual são os dos 9/10 anos, contando com 59 PPP, o que equivale a 8% dos PPP.

Análise por escalão etário

Relativamente aos processos instaurados/reabertos em 2014:

1º

O escalão etário dos **15/18 anos**, registou um maior volume com **244** ou seja 33% dos PPP. Estes residem sobretudo nas localidades de Queluz, Agualva, Massamá e C. Cambra

2º

No escalão dos **11/14 anos**, foram **instaurados 180 PPP (25%)**, residem sobretudo em Mte. Abraão, Agualva, M., S. Marcos e Belas. As principais problemáticas são abandono e absentismo escolar, CJACCBBD e negligência.

3º

O 3º escalão etário com maior volume processual, é o escalão **6/8 anos**, tendo **registado 95 PPP (13%)**. Subida considerável face ao ano transato. Os titulares destes processos são sobretudo oriundos das localidades de Mte. Abraão e Casal de Cambra.

4º

Em 4º encontramos o **escalão dos 3/5 anos**, com **79 PPP (11%)** residindo os seus titulares principalmente nas localidades de Agualva e Cacém

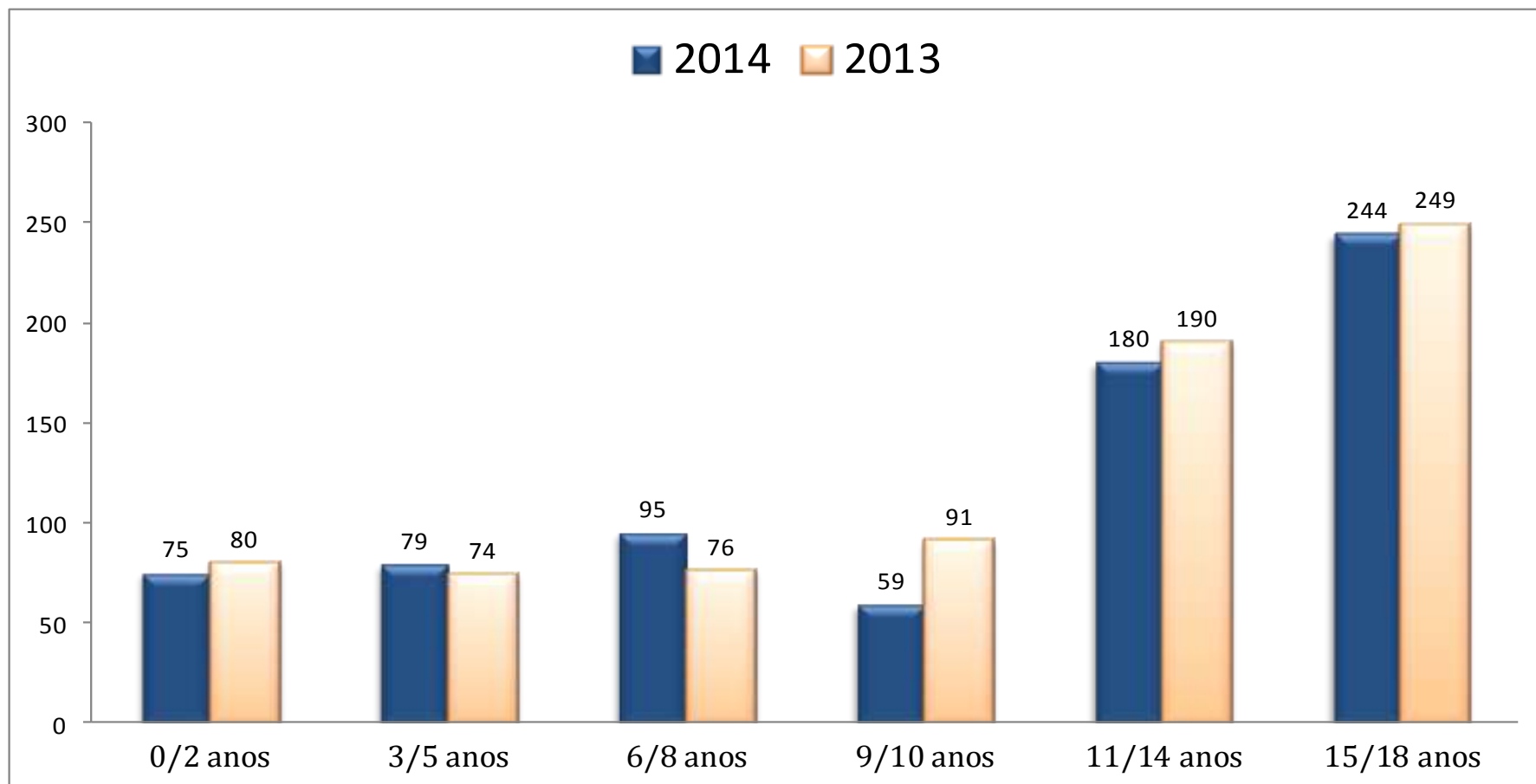
5º

O escalão dos 0/ 2 anos encontra-se em 5º, com 75 PPP instaurados (10%) Na maioria residem em Cacém, S. Marcos, M. Sintra, Queluz e Belas

6º

Tal como no ano de 2012, o escalão etário com menor volume processual é o **dos 9/10 anos**, com **59 PPP (8%)** Encontram-se principalmente em M. Sintra e Mte. Abraão.

Distribuição escalão etário dos 735 Processos instaurados/reabertos em 2014



Género dos processos instaurados/reabertos em 2014

Escalão etário	Distribuição processual	Sexo	Principais problemáticas	Agressor	Entidade Sinalizadora
0/2 anos	75 processos (5º)	M- 38 F- 31 S/i-6	1º - Exposição a modelos comp. Desviantes 2º-Negligência 3º-Mau trato físico	1º Mãe 2º Pais 3º Pai	1º- PSP e MP/DIAP 2º- Saúde 3º- Serviços /projectos
3/5 anos	79 processos (4º)	M- 41 F- 38	1º- Exposição a modelos comp. Desviantes 2º Negligência 3º- Criança abandonada ou entregue si própria	1º Mãe 2º Pai 3º Pais e outros fam.	1º- Serv./projectos 2º- PSP e Anónimos e 3º- Saúde e MP/DIAP
6/8 anos	95 processos (3º)	M- 49 F- 45 S/i-1	1º- Negligência 2º- Exposição a modelos comp. desviantes 3º- Mau trato físico, Abuso sexual e outras sit. perigo	1º Mãe 2º Pais 3º Pai	1º- Serv./projectos 2º- Escolas e MP/DIAP 3º- PSP e Saúde
9/10 anos	59 processos (6º)	M- 30 F- 29	1º- Exposição a modelos comp. desviantes 2º- Negligência 3º - Criança/jovem assume problemas comp. que afectam o seu bem estar e desenv. e Outras situações de perigo	1º Mãe 2º Pai 3º Pais	1º- PSP 2º- Escolas 3º-Serv. e proj, e MP/DIAP
11/14 anos	180 processos (2º)	M- 95 F- 84 S/i-1	1º- Criança/jovem assume problemas comp. que afectam o seu bem estar e desenv. 2º- Negligência e Abandono/abst. escolar 3º- Criança abandonada ou entregue si própria	1º Próprio 2º Mãe 3º Pais e Pai	1º- Escolas 2º- PSP 3º- Serv. e projetos
15/18 anos	244 processos (1º)	M- 116 F- 127 S/i-1	1º- Abandono/absentismo escolar 2º- Criança/jovem assume problemas comp. que afectam o seu bem estar e desenv. 3º - Exposição a modelos comp. Desviantes	1º Próprio 2º Mãe 3º Pais e Pai	1º- Escolas 2º- PSP 3º -Saúde e Serv. e proj.

Tipologia das situações de perigo e sua predominância

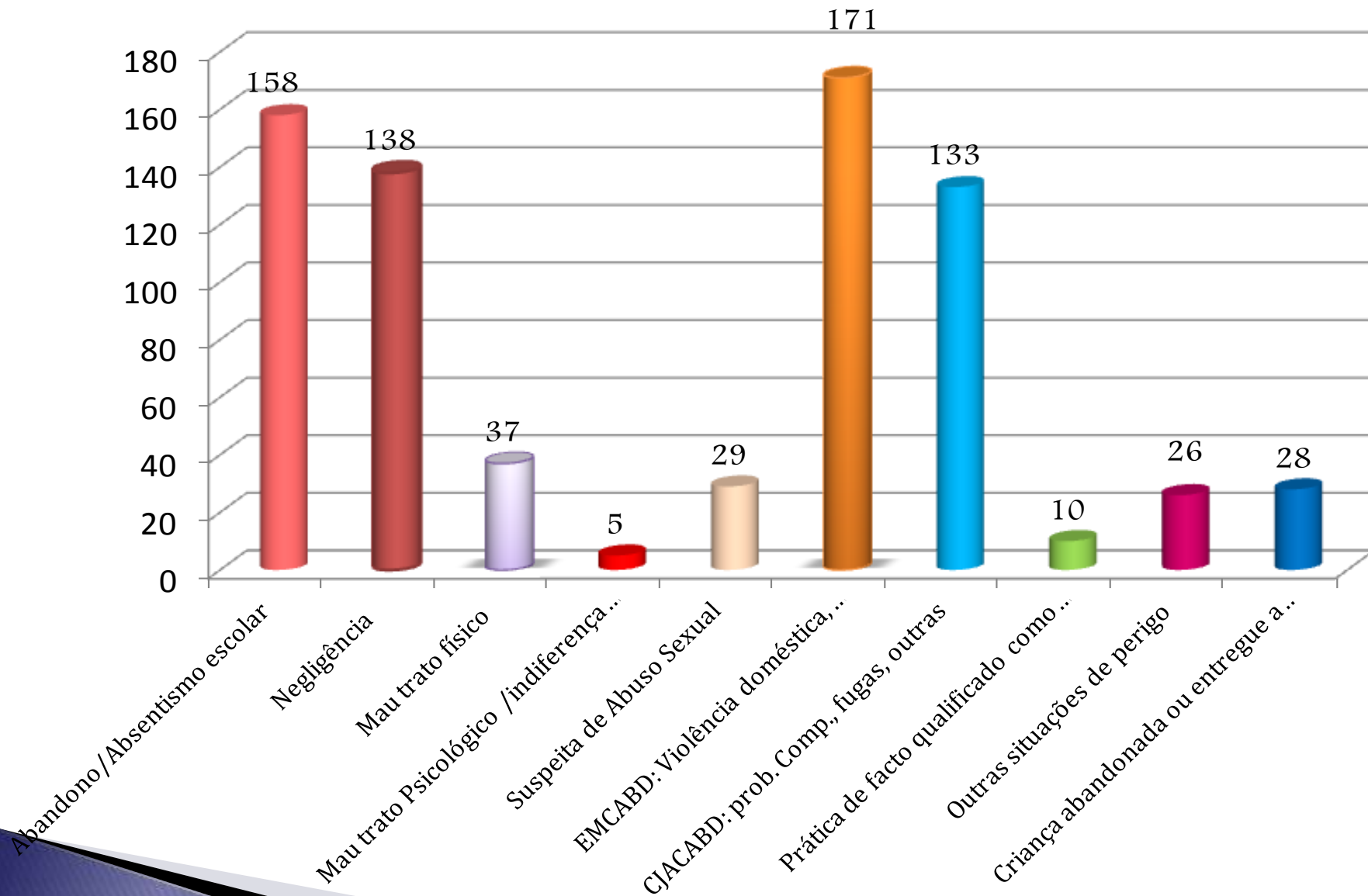
- 1º- **Exposição a modelos de comportamento que afectam o bem estar e desenvolvimento da criança/jovem (EMCABD):**Violência doméstica, Conflitos parentais, consumos de SPA (álcool, sub. tóxicas...) ou outras situações que afectam a criança/jovem*²
- 2º- **Abandono/Absentismo escolar**
- 3º- **Negligência**
- 4º - Criança/jovem assume comportamentos que afectam o seu bem-estar e desenvolvimento (CJACABD): Problemas de comportamento, fuga, outros*³
- 5º- Mau trato físico
- 6º- Suspeita de Abuso sexual
- 7º- Criança abandonada ou entregue a si própria
- 8º- Outra situação de perigo*¹
- 9º- Pratica de facto qualificado pela lei penal como crime < 12 anos
- 10º- Mau trato Psicológico ou indiferença afectiva

*1- outras situações de perigo, que não se encaixem nas restantes tipologias, nomeadamente bullying

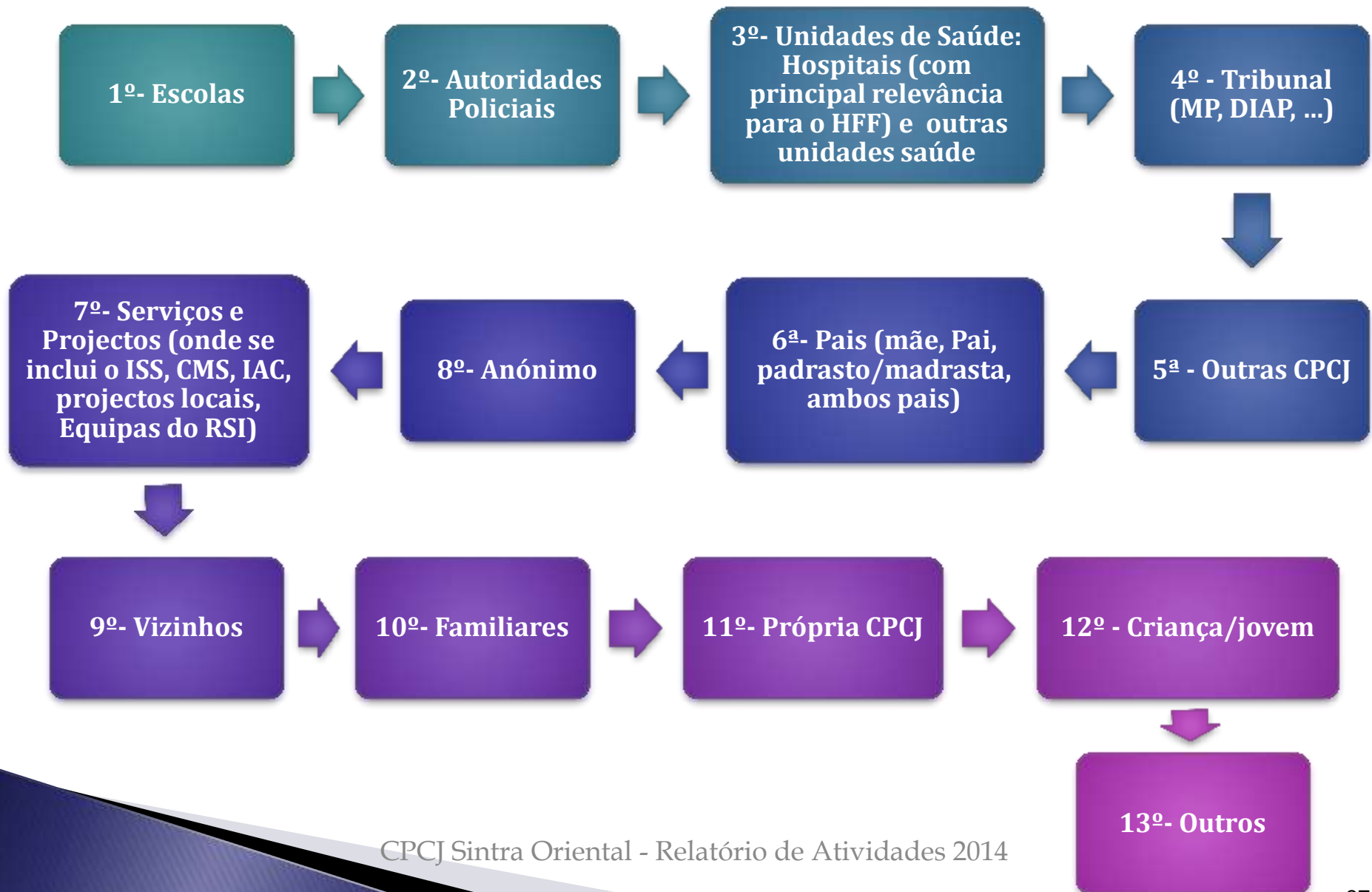
*2- criança/ jovem exposta a outras situações, nomeadamente problemas de saúde mental,

*3- criança/jovem assume outros comportamento eu afectam o seu bem-estar e bom desenvolvimento.

Principais problemáticas dos 735 Processos instaurados/reabertos em 2014

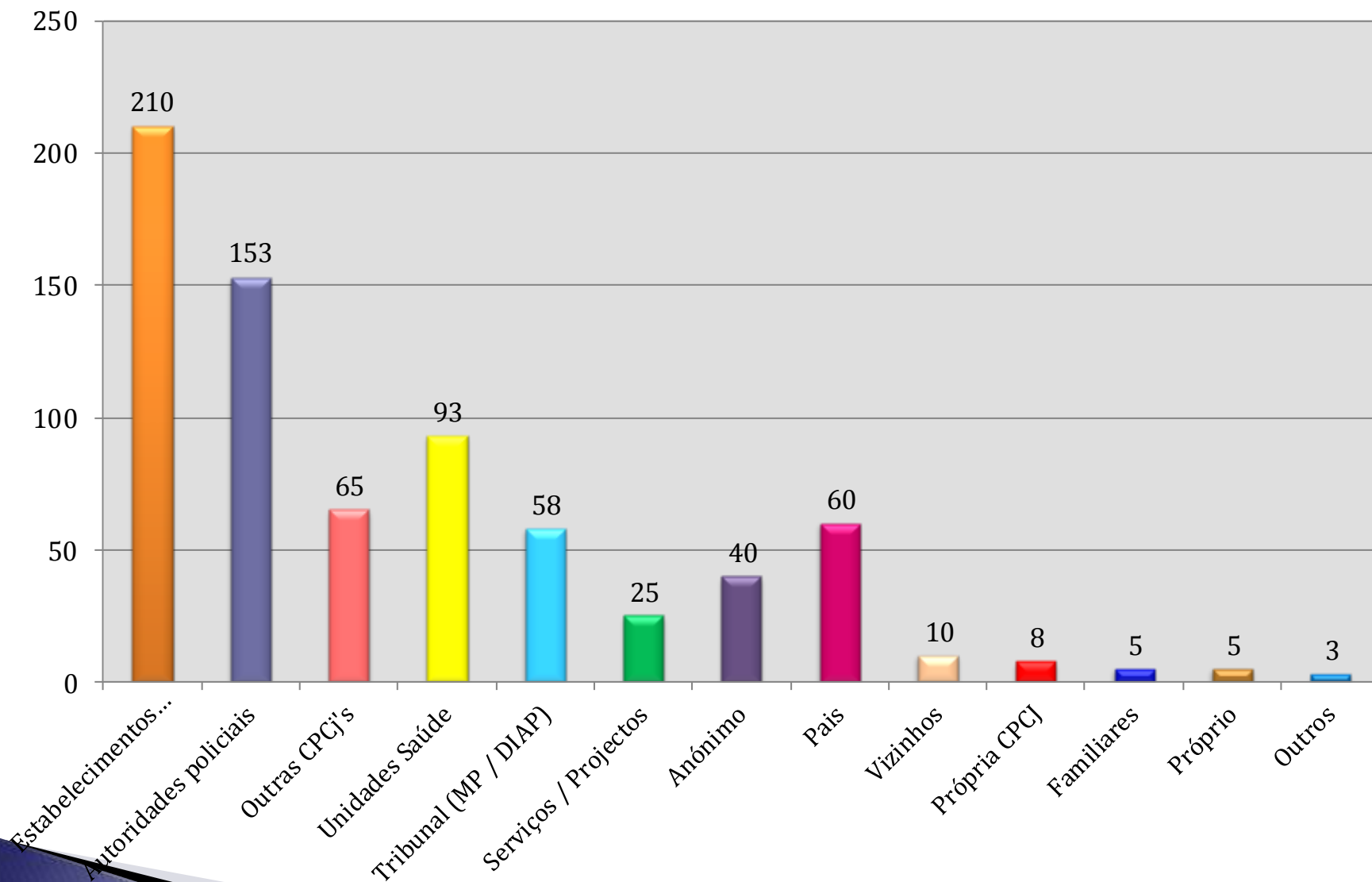


Entidade Sinalizante

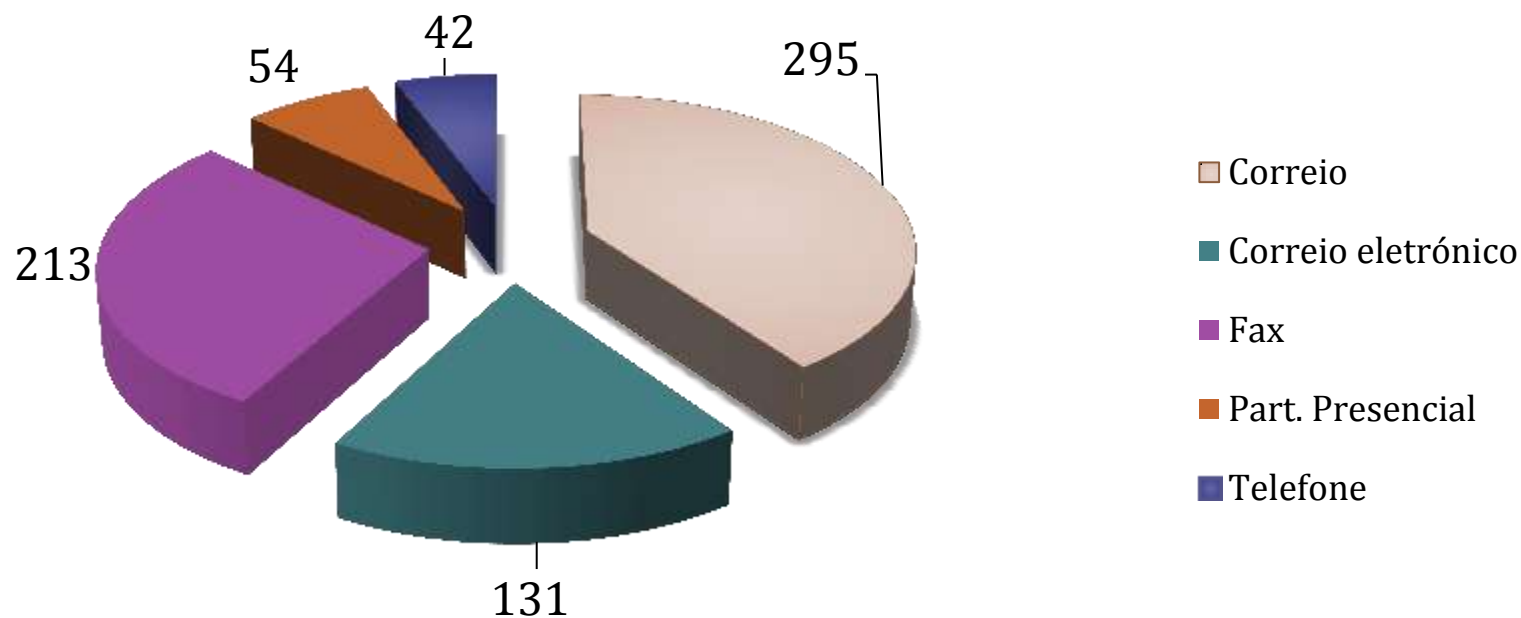




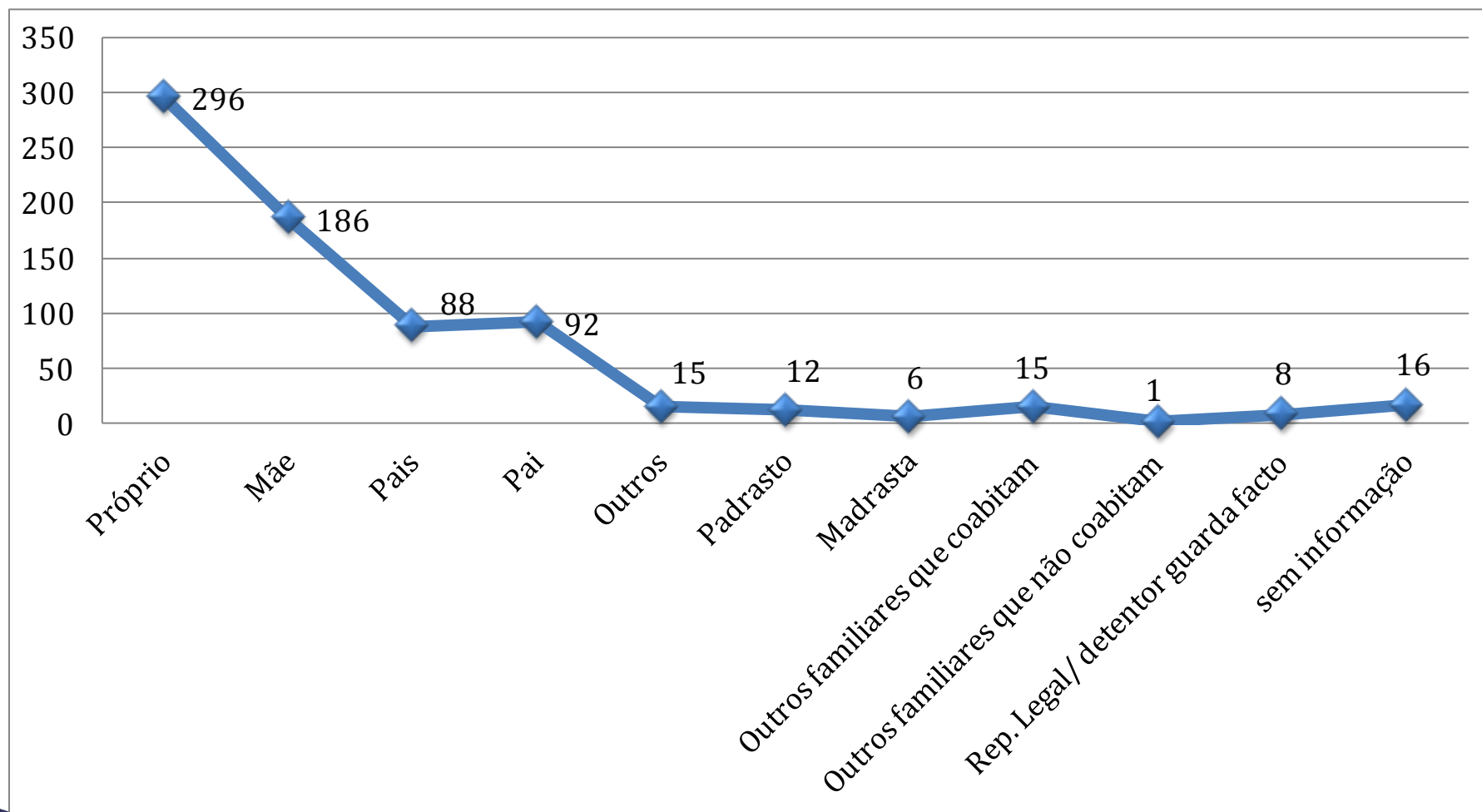
Entidade Sinalizante



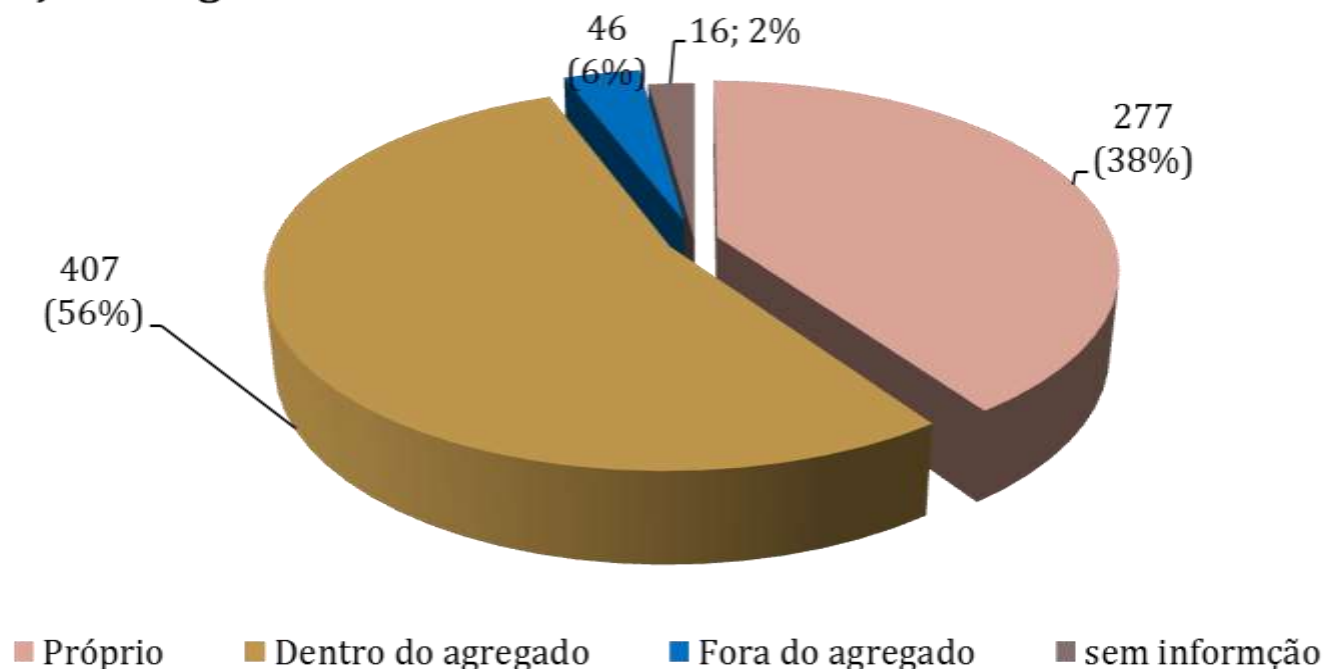
Modo de Sinalização



Agressor



Localização do agressor



Importa salientar que quem mais coloca em perigo, ou seja, a predominância do agente do perigo, ocorre no seio da família nuclear. Contudo manifesta-se, com grande expressão, o número de sinalizações em que o agente que coloca em perigo é a própria criança ou jovem (sobretudo por situações de abandono/ absentismo escolar; problemas de comportamento, fugas ou ainda por pratica de facto qualificado como crime. Poderá existir aqui alguma correlação com a eventual falta de supervisão da família bem como outras problemáticas como a negligência e a exposição a modelos de comportamento desviante).

Esta categoria inclui as subcateg:

- Violência doméstica
- conflitos parentais
- Consumos substâncias psicoactivas (SPA's) por parte dos cuidadores
- problemas de saúde mental (do cuidador)

Os PPP desta categoria correspondem a 24% dos PPP

Exposição a modelos de comportamento desviante: 171 processos

▶ Tem vindo a aumentar nos últimos anos (+ 15 situações que em 2013) , correspondendo 21% dos PPP instaurados.

▶ A subcategoria de maior relevância é a violência doméstica (VD) seguindo-se os conflitos parentais e outros (nomeadamente problemas de saúde mental do cuidador) e consumos de SPA's .

▶ A **VD** verifica-se por todas as localidades, tendo existido mais sinalizações em Agualva, Mte. Abraão, Queluz e Casal de Cambra.

É a PSP , o Ministério Público e Serviços e Projetos quem mais sinaliza.

O agressor surge maioritariamente como o pai e depois ambos os pais. O escalão etário de maior relevo é o dos 3/5 anos e 0/2 anos.

▶ Os **conflitos parentais** verificam-se igualmente em todas as localidades e são sinalizados principalmente pelo MP ou por um dos progenitores.

No que diz respeito ao agressor que mais desencadeia este tipo de situação este centra-se sobretudo na figura do outro progenitor, seguido dos pais.

▶ Os **problemas de saúde mental** são sobretudo sinalizados por outro progenitor, familiares ou pela PSP.

▶ Engloba ainda actos ligados aos consumos de SPA's (alcool, drogas...), em que o acto de cuidar passa a estar comprometido e a criança/ jovem exposta a comportamentos que o afectam no seu bom desenvolvimento.

Abandono e Absentismo escolar : 158 Processos

Representam
24% dos
processos
instaurados/
reabertos em
2014.

Na sua maioria,
os titulares dos
seus processos
encontram-se no
escalão etário
15/18 anos e
11/14 anos.

Muitas das sinalizações prendem-se com questões de **mobilidade para fora do território nacional** e desmotivação escolar, ausência de supervisão parental. O alargamento da escolaridade obrigatória, associado à falta de alternativas/respostas ao ensino regular, provocou nos últimos anos um aumento significativo de sinalizações.

As escolas, nos últimos tempos têm vindo a ser sensibilizadas para sinalização de toda e qualquer situação de perigo e não apenas situações de abandono e absentismo.

Para além do absentismo e abandono sinalizam, embora em menor numero, problemas de comportamento, por negligencia, existindo situações pontuais por consumos de álcool ou outros, por maus tratos, por gravidez na adolescência ou suspeita de abuso sexual, contudo a grande tendência ainda é a sinalização do abandono e absentismo escolar.

A alteração à lei, com o novo estatuto do aluno e a escolaridade obrigatória até aos 18 anos, fez aumentar de forma considerável o n.º de situações de abandono/absentismo escolar

Negligência: 138 processos

Decresceu face ao ano anterior (cerca de 24 PPP), correspondendo em 2014 a 19% dos PPP instaurados.

- ▶ O principal agressor é manifestamente a progenitora, seguido de ambos os progenitores e o pai.
- ▶ Identifica-se com maior relevância no escalão 6/8 anos e /14, 0/2 e 3/5. A maior predominância de sinalizações localiza-se em Agualva e Mte.Abraão.
- ▶ Os serviços e Projetos, Escolas e outro progenitor são os principais sinalizadores .

Maus tratos físicos: 37 processos

- ▶ O principal agressor é a mãe seguido do pai. Maior relevância no sexo feminino.

▶ A maioria das situações são sinalizadas pelos Serviços e projetos, Policia e Saúde. Localizaram-se maioritariamente em Agualva , Massamá, Queluz e S. Marcos.

▶ Decorreram situações de maus tratos muito graves, que implicaram a intervenção imediata das forças de segurança e a detenção do agente agressor. Em algumas situações implicou aplicação do art. 91º.

Maus Tratos Psicológicos: 5 processos

Registou-se um decréscimo significativo aumento nos maus tratos físicos apesar da gravidade das situações verificadas.

A problemática dos maus tratos psicológicos não deixa de ser transversal a todas as outras.

Criança/jovem assume comportamento que comprometem o seu bem-estar e desenvolvimento: (CJACCBED) - 133 processos

Nesta categoria encontram-se situações de perigo como:

- fugas de casas
 - consumos de Substâncias psicoativas
 - problemas de comportamento
 - problemas de saúde mental, ...
- Corresponde a 18% dos PPP

- ▶ Aumento considerável face ao ano 2013 (cerca de + 50 PPP)
- ▶ As **Fugas de casa** aumentaram de forma geral, e relativamente aos dados de 2013.
- ▶ O principal sinalizador é a PSP (onde os pais apresentam queixa)
- ▶ O agressor é o próprio na medida que põe em causa a sua segurança. A sua principal incidência nota-se em Agualva, Queluz, Cacém e Massamá
- ▶ Os **Problemas de comportamento** também registaram um aumento.
- ▶ O agressor é por inerência o próprio.
- ▶ A principal entidade sinalizantes são os pais(ou um dos pais) e as escolas e serviços e projetos. O principal escalão é os 15/18 e 11/14

Criança Abandonada ou entregue a si própria: 26 processos

- ▶ O agressor nesta categoria é principalmente a mãe ou os pais
- ▶ Localiza-se em maior predominância no sexo masculino e no escalão etário dos 11/14, 15/18 e 3/5 anos.
- ▶ Maior predominância em Queluz, Massamá e Agualva.
- ▶ A PSP é a principal entidade sinalizadora.

Aumento considerável face a 2013 onde o numero era muito residual.

Suspeita de abuso sexual: 29 processos

Tal como no ano anterior, verificou-se novo aumento (mais 4 processos), correspondendo a 4% dos PPP.

- ▶ Verifica-se a sua distribuição relativamente proporcional por todas as localidades. Contudo em Queluz e Agualva registam-se mais situações
- ▶ O principal sinalizador é o HFF.
- ▶ Relativamente ao agressor verifica-se como principal suspeito o padrasto, outros familiares, o pai e outros (vizinhos, desconhecidos, do agregado da ama)

Outras situações de perigo: 26 processos

- ▶ A sua incidência verifica-se muito distribuída pelas localidades.
- ▶ O escalão etário predominante é 11/14 e 15/18 anos.
- ▶ O principal agressor é o próprio e maior predominância para o sexo masculino.
- ▶ As principais entidades sinalizadoras são a Policia, os Tribunais, Escolas e Serviços e projetos.

Esta problemática correspondeu a 4% dos PPP. Inclui situações de perigo como:

- Gravidez na adolescência
- Carência económica e Habitacional
- Bullying
- ...



A intervenção da CPCJ

Medidas de Promoção Proteção (MPP)

Total medidas aplicadas no ano de 2014: 176

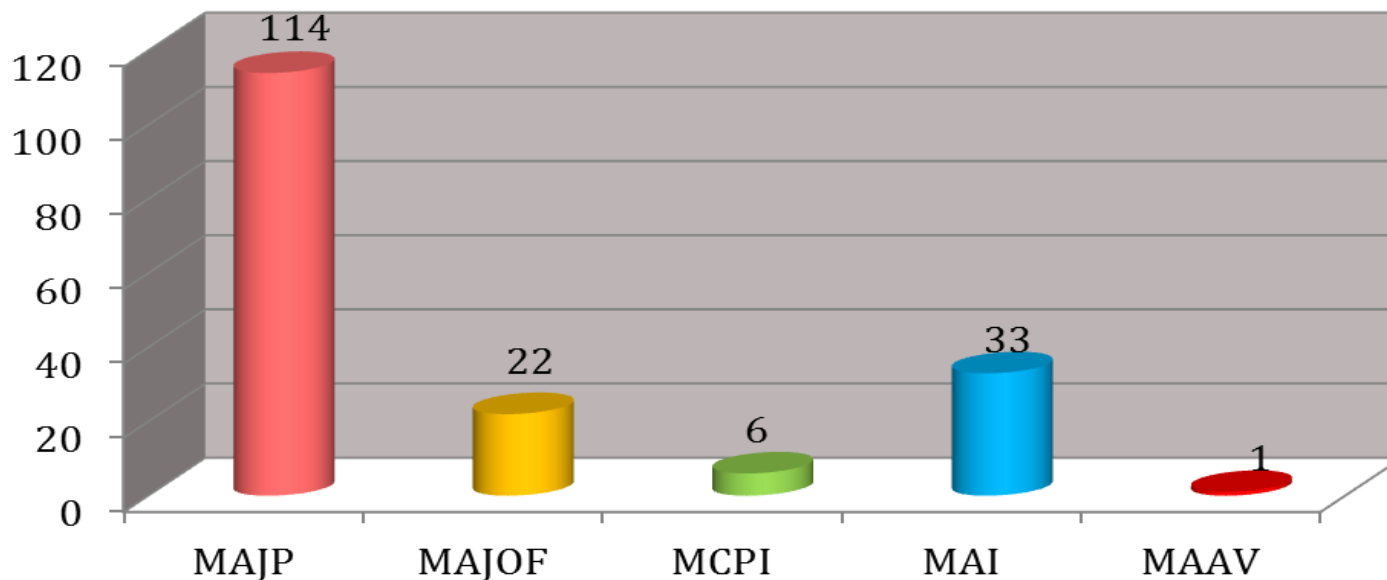
Em 2014 foram aplicadas medidas **176 MPP**. O presente valor não contempla as medidas que já se encontravam em vigor, na sequência de terem sido aplicadas em 2013 cujos processos transitaram para 2014.

Fatores a ter em conta no n.º de medidas aplicadas:

- A enorme falta de recursos humanos na CPCJ (rácio e relação entre o n.º de tec./tempo disponível em CPCJ/n.º de processos acompanhados), contribui para a existência de um hiato de tempo entre a sinalização e a concretização da avaliação diagnóstica e aplicação de medidas;
- A elevada carga processual/tarefas existentes na movimentação processual (mais tarefa versus menos espaço para a reflexão).
- decréscimo do numero de técnicos a trabalhar os PPP
- É característico do corpo técnico, sendo quase um principio orientador da sua intervenção o facto de realizar uma avaliação diagnostica muito aprofundada, o que faz, muitas vezes, prolongar o tempo desta avaliação, na procura de maior certeza na aplicação de uma medida, mas que se reflecte no n.º de MPP aplicadas.
- A falta de respostas, adequadas, ao nível da 1ª linha para acompanhamento das medidas
- A demora na recolha de informação junto de algumas entidades (apesar de se verificarem melhorias a este nível): o tempo de espera da recepção dos relatórios solicitados às entidades de 1º linha é muito longo e não permite a decisão atempada face à medida.

Medidas de Promoção Proteção (MPP)

Total medidas aplicadas no ano de 2014: 176



- ❖ Para além destas MPP aplicadas foram aplicados 8 procedimentos de urgência, ao abrigo do art.º 91.

Arquivo

Em 2014 foram arquivados **642 processos**, menos 83 que no ano de 2013.



Dos PPP arquivados 81 foram arquivo liminar, com ou sem diligências.



Os restantes 561 PPP foram arquivados após intervenção da CPCJ

370 foram arquivados em sede da própria CPCJ por:

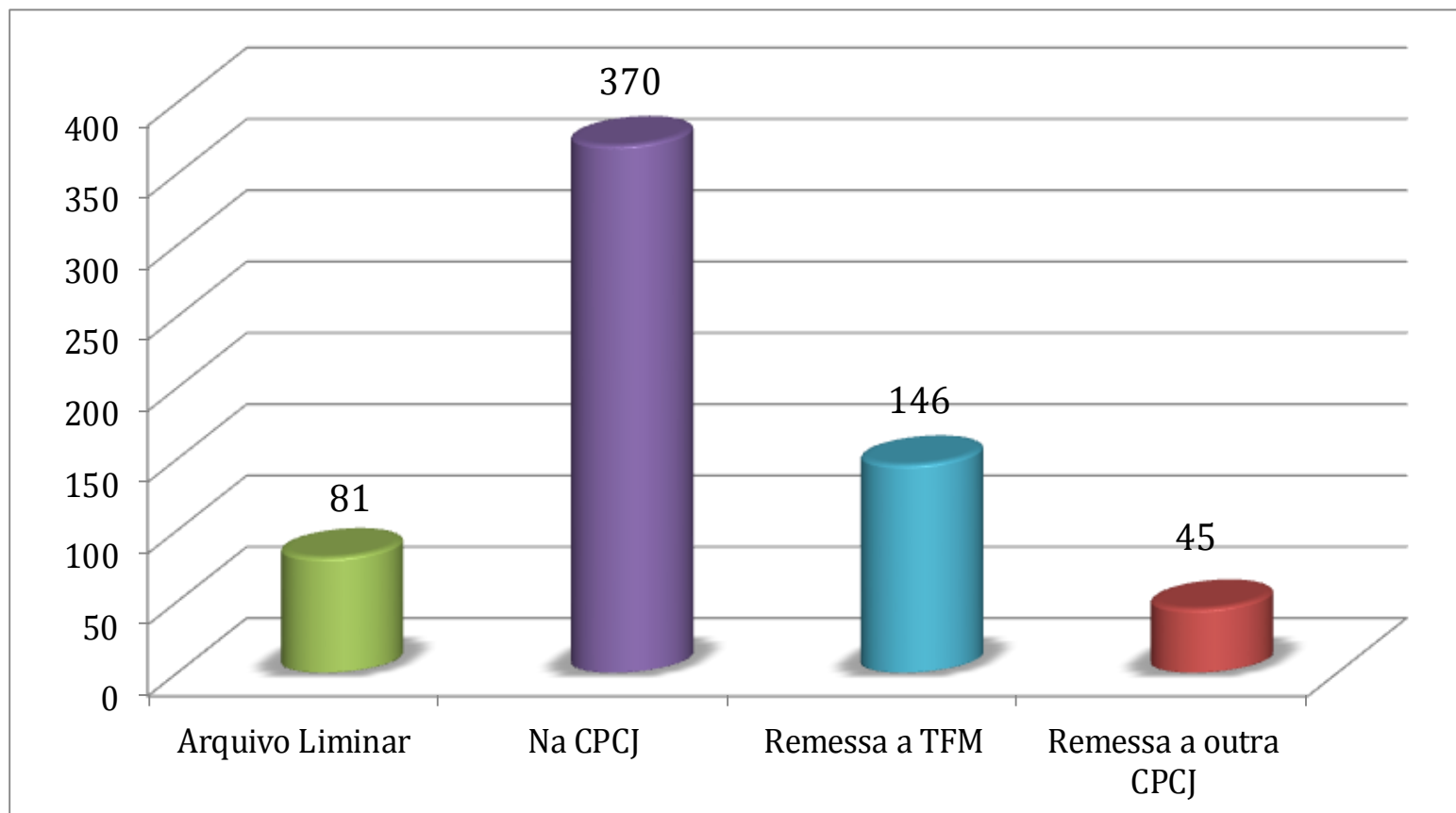
- Não confirmação de situação de perigo
- Não subsistência da situação de perigo
- Dado o jovem ter atingido a maioridade e não ter solicitado a intervenção da CPCJ
- Por ausência do Território Nacional
- Ao abrigo do princípio da atualidade e da proporcionalidade /da intervenção mínima/ subsidiariedade

146 foram remetidos ao TFM da Comarca Grande Lisboa Noroeste, por:

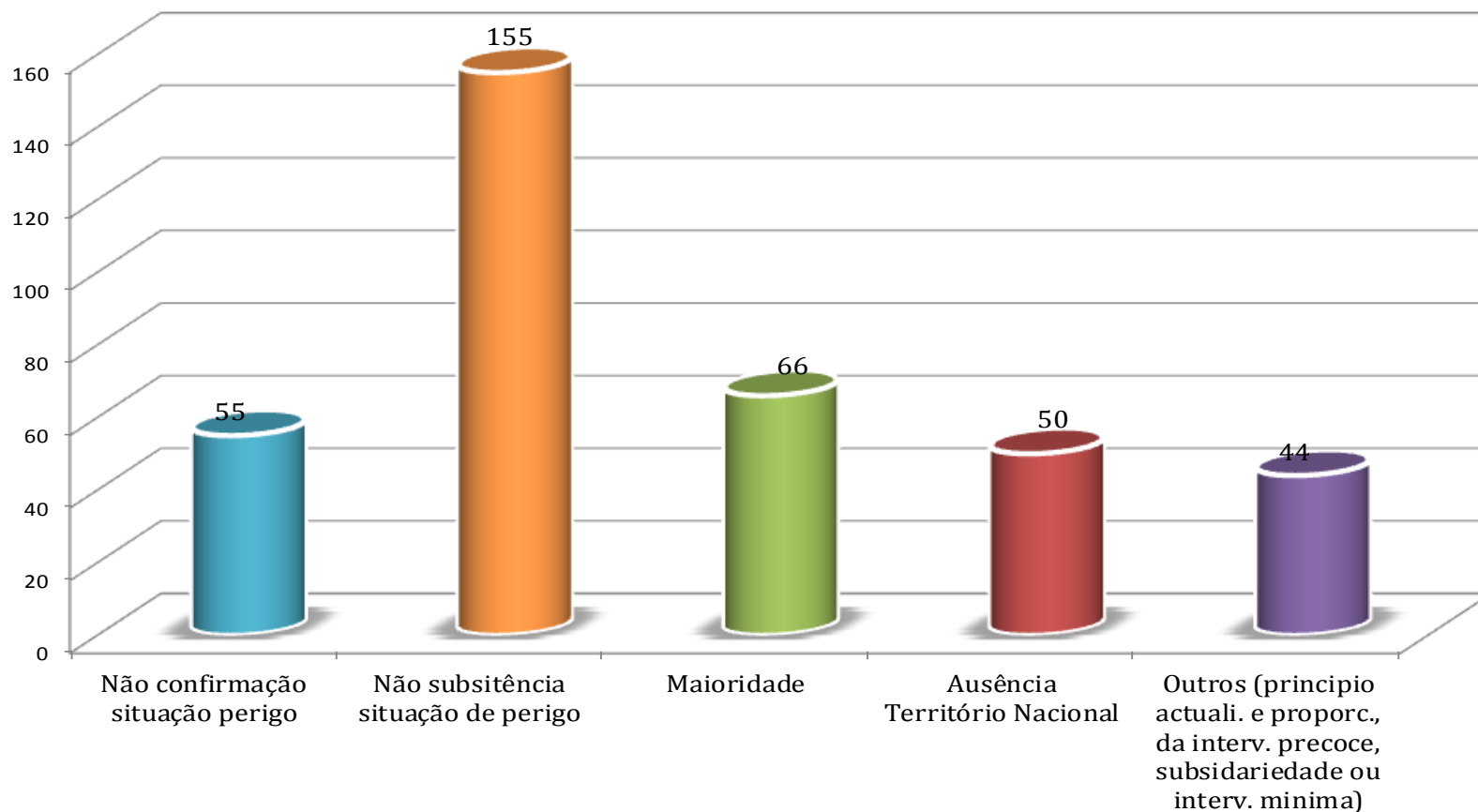
- Não consentimento para a intervenção da CPCJ
- Por retirada do consentimento para a intervenção da CPCJ
- Não assinatura do APP
- Incumprimento reiterado do APP

45 foram remetidos a outra CPCJ por Incompetência territorial

Motivo de arquivamento

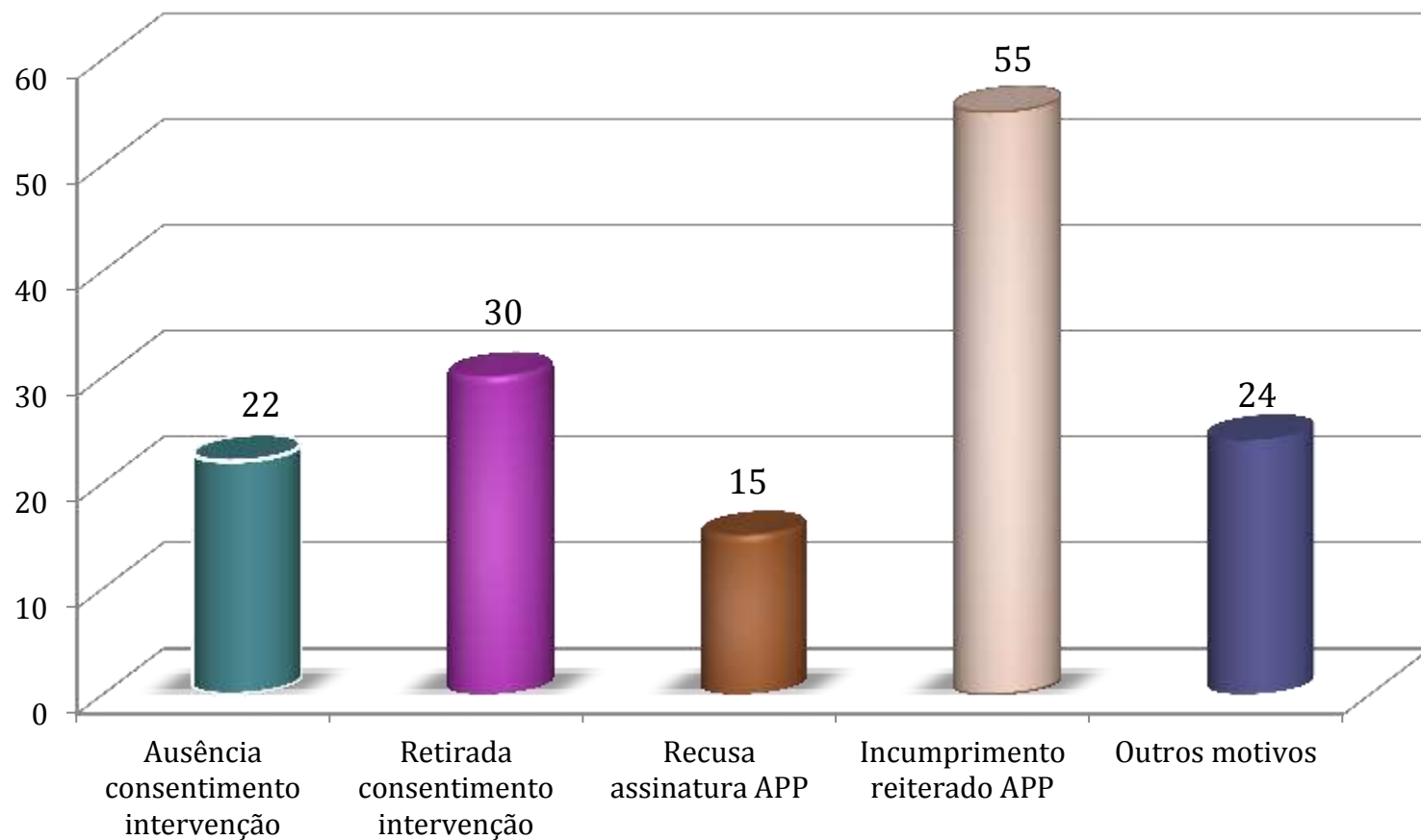


Análise do arquivamento dos PPP em sede da CPCJ 370 PPP



Análise dos motivos de remessa dos PPP a TFM

146 PPP



Para além do acompanhamento ao PPP a Equipa da CR:

► Deu cumprimento à realização de **58 Pedidos de colaboração**, que implicaram realização de diversa diligências como atendimentos para avaliação, visitas domiciliárias, obtenção de consentimentos e assinaturas de APP.

► Deu resposta a **42 situações de emergência**, sendo que em **8** foram aplicados procedimentos de urgência ao abrigo do art.º 91º . Das 42 situações de emergência, 37 das quais prolongaram-se muito para além do pós-horário (existiram muitas situações que terminaram pela madrugada.

**Participou em
diversa
reuniões de
articulação e
parceria, na
sua maioria de
regularidade
mensal:**

┌ Equipa pedopsiquiatria (dinamizadas pela equipa de Pedopsiquiatria do HFF)

┌ Rede Integrada de Violência doméstica do Concelho de Sintra (RIVS)

┌ Núcleo hospitalar de Acompanhamento à criança e Jovem em Risco (NHACJR)

┌ Núcleo de Acompanhamento à criança e Jovem em Risco (NACJR) do C.S. do Olival

┌ Articulação com a PSP – interlocutor Subcomissário Tiago Fernandes

┌ Acompanhamento com as Procuradoras do MP da Comarca GLN , interlocutoras desta CPCJ.

┌ Consórcio dos Projectos do Programa Escolhas

┌ CLAS, Rede Social e Comissões locais (GIAF, CAF, CAIF...)

► Integração no Grupo de Supervisão do CHPL (reuniões mensais)

► Dinamização de Sessões de Formação no Agrupamento de Escolas Agualva Mira Sintra e Agrupamento de Escolas Queluz Belas.

► Na área da Saúde, sessão de informação/ sensibilização aos Coordenadores de Unidades de Saúde e NACJR do ACES Sintra.

► Adesão à Campanha Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância e dinamização de diversas atividades com vista à sensibilização e consciencialização da sociedade civil para o problema dos MT e necessidade de prevenção.



Recursos e Necessidades..reflexões

Grande necessidade de respostas ao nível de saúde mental



```
graph TD; A[Grande necessidade de respostas ao nível de saúde mental] --> B[Mantém-se as necessidades já identificadas no ano transacto de concretização das medidas de política definidas para a área da saúde mental sendo clara a necessidade de reforço do nº de técnicos especializados ao nível dos centros de saúde e dos hospitais, bem como a disponibilização de serviços locais de saúde mental ao nível da freguesia e/ou nível concelhio ou supra concelhio]; B --> C[Necessidade de criação de centros ocupacionais e de desenvolvimento das competências pessoais e sociais ao longo do ciclo de vida da criança/jovem/adulto que intervenham no acompanhamento ao nível psiquiátrico, pedopsiquiátrico e psicoterapêutico a par da necessidade de disponibilização de recursos ao nível da intervenção terapêutica nas famílias (terapia familiar/terapia de casal).];
```

Mantém-se as necessidades já identificadas no ano transacto de concretização das medidas de política definidas para a área da saúde mental sendo clara a necessidade de reforço do nº de técnicos especializados ao nível dos centros de saúde e dos hospitais, bem como a disponibilização de serviços locais de saúde mental ao nível da freguesia e/ou nível concelhio ou supra concelhio

Necessidade de criação de centros ocupacionais e de desenvolvimento das competências pessoais e sociais ao longo do ciclo de vida da criança/jovem/adulto que intervenham no acompanhamento ao nível psiquiátrico, pedopsiquiátrico e psicoterapêutico a par da necessidade de disponibilização de recursos ao nível da intervenção terapêutica nas famílias (terapia familiar/terapia de casal).

Necessidade de respostas de intervenção diversificada junto das famílias



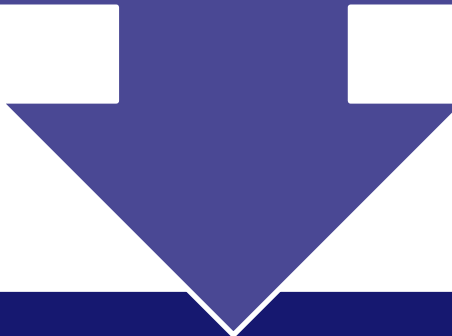
A existência de acordos atípicos entre o ISS e IPSS que possibilitem a implementação no terreno de **estruturas de acompanhamento parental** de cariz diversificado de acordo com as necessidades da família ao longo do seu ciclo de vida em particular quando tem filhos dos 0-18 anos através dos **CAFAP – Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental**, a partir dos quais possam ser desenvolvidas ações de intervenção na família como:- treino de competências parentais - intervenção conjunta na relação pais/ filhos, serviços de preservação da família (actuam no domicílio em momentos de crise intervenção intensiva de curta duração)

- serviços que intervenham na prestação das resposta as necessidades básicas;

- programas de treino parental comportamental (disciplina, problemas de comportamento),

- educação parental no domicílio

- grupo de pais - auto ajuda



No anos de 2014, voltamos a sentir falta de Respostas. Apesar da resposta dada Associação Passo a Passo face às necessidades desta CPCJ a este nível, sendo uma resposta cada vez mais necessária e que é manifestamente escassa face às necessidades detectadas por esta CPCJ.

Necessidades ao nível da esfera da Educação

- O investimento no *espaço escolar* através da *disponibilização de recursos* técnicos da área social que acompanhem as famílias deixando espaço para que o Professor assuma a sua responsabilidade de docente e de potenciador da capacidade de pensar de cada um;
- reforço do nº de auxiliares e da sua formação para lidar com os desafios das *diferentes* idades;
- Necessidade de respostas alternativas ao ensino regular dado o aumento da escolaridade obrigatória e alargamentos das existentes (Cursos Profissionais e Técnico-Profissionais, CEF...) e reimplementação de PIEF's

Nos escalões etários anteriores à escolaridade obrigatória:

- Permanece a necessidade de respostas em termos de **estruturas de apoio à infância e juventude** com especial enfoque nos 0-3 anos;
- Necessidade de acesso a todas as crianças à educação pré escolar logo a partir dos 3 anos;
- Necessidade de manter a estrutura de intervenção específica como a ELI (equipa local de intervenção precoce)

Considera-se ainda essencial:

- Estruturas comunitárias ou em contexto escolar, em que o desporto, a cultura e a formação informal sejam dinamizados como forma de ocupação de tempos livres dos mais jovens.

- ▶ Comissão alargada constituída por 29 elementos (na sua maioria de várias Instituições da comunidade);
- ▶ Notável apoio e articulação e por parte do executivo da Câmara Municipal de Sintra (nomeadamente do Sr. Presidente da CMS, Sr. Vereador Eduardo Quinta Nova, Sr. Presidente da Ass.Municipal)
- ▶ Notável articulação com o Setor de Sintra do ISS, IP (com destaque para a articulação com a Dra. Susana Viana e Dra. Dina Macedo e equipa) e o trabalho desenvolvido pela Equipa do Apoio Técnico (afecta a esta CPCJ)
- ▶ Notável articulação com o Ministério Público – Tribunal de Família e Menores Sintra (Dra. Rosário Pascoal e Dra. Luisa Carrajola)
- ▶ Notável Articulação e colaboração da PSP – Divisão de Sintra (destacando-se a excelente articulação e colaboração do Intendente Hugo Palma e Subcomissário Tiago fernandes)
- ▶ Excelente articulação/apoio com algumas Uniões de Freguesia (nomeadamente UF Cacém S. Marcos e UF Agualva Mira Sintra face ao reforço da CR).
- ▶ Grupos de trabalho de intervenção na família (onde a CPCJ participa/ articula)
- ▶ Projetos dinamizados por entidades da comunidade (Escolhas, PIEC/PIEF – alguns em parceria com a CPCJ);

Necessidades internas sentidas

- ▶ Aumento do n.º de Técnicos qualificados nas áreas da pedagogia, serviço social, psicologia, e sobretudo na área do direito;
- ▶ Técnicos com perfil adequado às exigências do trabalho;
- ▶ Reforço do n.º de elementos Apoio Técnico do ISS (contrariamente à decisão tomada de retirada de elementos)
- ▶ Formação continua quer ao nível da legislação quer ao nível processual (problemáticas específicas)
- ▶ Supervisão processual e supervisão na intervenção com as famílias
- ▶ Estabilização do corpo Técnico existente;
- ▶ Estabilização do representante do M. Educação e do Prof. Tutor

Constrangimentos

- ▶ Em algumas situações, o trabalho em sede da CPCJ não é prioritário, sendo fundamental eu os serviços de origem o encarassem como tal;
- ▶ Enorme falta de Técnicos e Técnicos com tempo insuficiente na CPCJ;
- ▶ Rotatividade dos técnicos, quer pelo tempo de mandato, quer pela precaridade de vínculo à CPCJ
- ▶ *Burnout* do corpo técnico da C. Restrita - gestão do stress
- ▶ Escassas respostas em termos de apartamentos para autonomia de vida (IPSS);
- ▶ Falta de respostas em termos de famílias de acolhimento.

Necessidades externas sentidas

- ▶ Equipamentos de apoio à infância e juventude sobretudo dos 0 aos 3 anos e de componente de apoio à família;
- ▶ Formação parental e intervenção parental diversificada;
- ▶ Recursos ao nível da saúde mental de adultos/crianças/terapia familiar e de casal;
- ▶ Reforço dos recursos de formação adaptada a crianças e jovens com necessidades educativas especiais; criação de formação alternativa para crianças com menos de 15 anos; reforço da formação alternativa para jovens com mais de 15 anos;
- ▶ Investimento no espaço escolar (dentro e fora da sala de aula – mediação de conflitos);
- ▶ Reforço do número de centros de acolhimento no distrito de Lisboa sobretudo para os maiores de 12 anos;
- ▶ Reforço do nº de casas abrigo para vítimas de violência doméstica

Constrangimentos

A falta de recursos locais para o efetuar o acompanhamento no pós intervenção da CPCJ que acaba por levar à manutenção de alguns processos abertos na CPCJ por necessidade de *follow up*, dada a fragilidade da situação, apesar de estar ultrapassada a situação de perigo

A situação das crianças vindas ao abrigo dos protocolos da saúde (inexistência de meios de subsistência versus necessidade de se manterem em Portugal)

Salvaguarda de direitos de trabalho/assistência à família no âmbito das Medidas de apoio junto de outro familiar ou pessoa idónea, bem como possibilidade de serem considerados como elementos do agregado familiar em termos de benefícios fiscais



**A Equipa
da
CPCJ Sintra Oriental**

CPCJ Sintra Oriental - Comissão Alargada (31 dez. 2014) – 29 elementos

Nome	Entidade que disponibiliza /origem	Nome	Entidade que disponibiliza /origem
Sandra Feliciano	Rep. Câmara Municipal de Sintra (Presidente CPCJ)	Susana Santos	Elemento Coop. da Comunidade (CMS- DSI- DSAS)
Dinora Serras	Rep. Instituto Segurança Social (Secretária CPCJ)	Carla Fialho	Elemento Cooptadada Comunidade (Prof. Tutora- Agrupamento Escolas Prof. Agostinho Silva)
Isabel Poejo	Representante Ministério Educação	Ana Paula Duarte	Elemento Coop. da Comunidade (ACES Sintra- UCC Cacém Care)
Teresa Coito	Representante Ministério Saúde	Visitação Monteiro	Elemento Coopado da Comunidade (Associação Passo a Passo)
Palmira Simões	Rep. Federação Ass. Pais	Paulo Oliveira	Elemento Coopado da Comunidade (ATL Fonteireira)
Margarida Pequeno Mónica Teixeira	Rep. IPSS/ ONG	Orlando Reguinga	Elemento Coopado da Comunidade (Centro Social Sagrada Família)
Tiago Fernandes	Rep. Forças Segurança – PSP Agualva- Cacém	Sandra Ferreira	Elemento Coopado da Comunidade (Centro Social Baptista)
Dâmaso Rodrigues	Rep. Assembleia Freguesia Agualva Mira Sintra	Libânia Figueiredo	Elemento Coopado da Comunidade (CEBESQ)
Cristina Mesquita	Rep. Assembleia Freguesia Cacém S. Marcos	Manuel Marcos	Elemento Coopado da Comunidade (a titulo individual)
Vanessa Luz	Rep. Assembleia Freguesia Massamá Mte. Abraão	Emília Infante	Cruz Vermelha Portuguesa
Carla Santos	Elemento Coopado da Comunidade (U.F. Cacém S. Marcos)	Sofia Peres	Apoio Técnico ISS
Carina Maio	Elemento Coopado da Comunidade (U.F. Agualva Mira-Sintra)	Ana Rita Baptista	Apoio Técnico ISS
Ana Mendes	Elemento Coopado da Comunidade (U.F. Cacém S. Marcos)	Luísa Dias	Apoio Técnico ISS
M.ª Lurdes Torre	Elemento Coopado da Comunidade (HFF- Pediatria)	Hélia Nunes	Apoio Técnico ISS
Carla Morais	Elemento Coopado da Comunidade (Associação Passo a Passo)		

CPCJ Sintra Oriental - Comissão Restrita (Dez. 2014) – Total 12 elementos (com direito a voto: 8 elementos)
Importa referir que esta comissão ao nível da sua modalidade restrita conta apenas com a representação de 3 serviços sendo os restantes elementos cooptados

Localidade	Técnico	Formação	Serv. Origem	Tempo por semana
Agualva	Hélia Nunes	Educadora Social	Inst. Segurança Social	5 dias
Cacém	Rita Baptista	Educadora Social	Inst. Segurança Social	5 dias
Casal Cambra e Massamá	Susana Santos	Psicologia	Cooptada CMS	5 dias
Belas	Sofia Peres	Serviço Social	Inst. Segurança Social	5dias
Queluz	Luisa Dias *	Serviço Social	Inst. Segurança Social	5 dias
Mira Sintra	Ana Mendes	Psicologia	Coopopatada (U.F Cacém S. Marcos)	2,5 dia
Monte Abrão	Dinora Serras	Psicologia	Inst. Segurança Social	4 dias
S. Marcos	Ana Paula Duarte	Enfermeira	Coop. (ACES Sintra UCC Cacém Care)	2 dias
Escolas	Isabel Poejo Carla Fialho	Educação	ME- Agr. Escolas Antº. Sérgio Coop.- Esc. Agostinho Silva	5 dias
Presidente	Sandra Feliciano	Serviço Social	Câmara Municipal Sintra	5 dias
Apoio Administrativo	Cândida Alves, Maria Odete Barata e Cristina Gameiro		Câmara Municipal Sintra	5 dias
Motorista	Vitor Gonçalves		Câmara Municipal Sintra	2,5 dias

* No decorrer de grande parte do ano contou-se ainda com a preciosa colaboração de duas colegas em Queluz: Inês Amado e Cátia Duarte.





“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.”

Madre Teresa de Calcutá